

I. RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo estudar as questões referentes ao estímulo da interação e do contacto social no espaço público e nos espaços de transição, muitas vezes encarados como elementos secundários na conceção arquitetónica.

Para tal, a fundamentação teórica do tema encontra-se dividida em duas partes. Na primeira parte é feita uma abordagem ao espaço público exterior e é explorada a sua capacidade de atrair a população, fazendo com que esta disfrute estadias e experiências positivas. A questão dos elementos naturais é também analisada de forma a entender o seu papel no espaço público e a compreender de que maneira a sua utilização o pode qualificar. Na segunda parte é desenvolvido o tema dos espaços de transição enquanto elementos importantes no desenho do projeto, pois deveriam ser alvo de uma atenção similar às zonas onde se desenrolam as atividades principais. Ao longo do trabalho vão sendo apresentados casos de estudo, relacionados com o assunto a ser tratado.

O tema acima descrito encontra-se aplicado num projeto de arquitetura que concebe um Complexo de Gastronomia e Saúde, localizado no antigo Convento de Santa Marta, na cidade de Lisboa. Este projeto tenta, ao mesmo tempo, manter a memória do edifício e tratar as zonas exteriores e espaços de transição de diversas formas, de acordo com as situações em que se encontram, com o objetivo de estimular a coesão social.

Palavras-chave: estímulo social, transição, in-between, interação, reabilitação, memória

II. ABSTRACT

The present dissertation aims to study the issues relating the stimulation of the social interaction in the public space and in the transitional spaces, most of the times faced as secondary elements in the architectonic conception.

To this end, the theoretic support of the subject is divided in two parts. In the first part is made an approach to the public space and is explored its capacity to attract the population, making them enjoy their stay and experience positive sensations. The issue of the natural elements is also approached, in order to understand its role in the public space and how they can be used to qualify it. In the second part is developed the topic of transitional spaces while important elements in the design of the project, because this spaces should have a similar importance to the areas where the main activities happen. Throughout the dissertation, are presented case studies related to the subject development.

The theme described above is applied in an architecture project that consists in a Health and Gastronomy Complex, placed in the old Santa Marta's convent in Lisbon. This project tries, at the same time, to keep the historical heritage of the building and take care of the exterior areas and transitional spaces in several ways, according to the situations in which they are,, with the aim to stimulate social cohesion.

Keywords: social incentive, transition, in-between, interaction, rehabilitation, memory

III. ÍNDICE GERAL

1. Introdução	1
1.1. Tema: Enquadramento e Justificação	1
1.2. Objetivos	1
1.3. Metodologia	2
1.4. Estrutura e Delimitação do Universo de Estudo	2
2. Estado da Arte	5
2.1. Espaço Coletivo	5
2.2. Cidade Social	6
2.3. Transição: Papel Principal ou Secundário?	7
3. O Espaço Público e a Crise Social	11
3.1. Fundamentos do Espaço Público	11
3.2. A Arquitetura e a Dimensão Social	13
3.3. Espaço para Caminhar, Estar e Sentar	15
3.4. O Papel dos Elementos Naturais	20
4. Os Espaços de Transição	25
4.1. Espaços Intermédios como Lugares de Ocasão	26
4.2. Espaços de Circulação como Ambiente Construído	29
4.3. A Preservação da Privacidade	31
4.4. Hierarquização da Privacidade: A Porta, A Soleira e a Entrada	34
5. Projeto de um Complexo de Gastronomia e Saúde	37
5.1. Contexto e Localização	37
5.2. O antigo Convento de Santa Marta	38
5.3. Conteúdos e Relações programáticas	39
5.4. Espaços exteriores da Cerca	42
5.4.1. Zonas de Produção	42
5.4.2. Zonas Lúdicas	43
5.4.3. A Água	44
5.5. Espaços de transição	46

5.5.1. Entrada no Complexo	46
5.5.2. Relação entre Jardim e Edifício	46
5.5.3. Claustro	47
5.5.4. Átrios	48
5.5.5. Galerias	50
5.5.6. Entrada das Habitações	51
6. Considerações Finais	53
7. Bibliografia	55
8. Anexos	59
8.1. Processo de Trabalho	59
8.2. Peças Finais Referentes ao Projeto Final de Mestrado	63

IV. ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Entrada da Escola Montessori, Delft	8
(HERTZBERGER, Herman – <i>Lições de Arquitetura</i> , São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.33).	
Figura 2 - Entrada da Escola Montessori, Delft	8
(HERTZBERGER, Herman – <i>Lições de Arquitetura</i> , São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.33).	
Figura 3 – Gradação da privacidade, esquisso de Jan Gehl	9
(GEHL, Jan - <i>La humanización del espacio urbano</i> , Barcelona: Editorial Reverté, Barcelona, 2006, p. 69).	
Figura 4 – <i>Piazza V. Emanuele</i> , Livorno, Itália, 1605	11
(KRIER, Rob – <i>El Espacio Urbano: Proyectos de Stuttgart</i> , Barcelona: Gustavo Gili, 1981, p. 33).	
Figura 5 – <i>Hanover Square</i> , Londres, séc. XVIII	11
(KRIER, Rob – <i>El Espacio Urbano: Proyectos de Stuttgart</i> , Barcelona: Gustavo Gili, 1981, p. 33).	
Figura 6 – <i>Piazza Dante</i> , Florença, Itália, 1774	11
(KRIER, Rob – <i>El Espacio Urbano: Proyectos de Stuttgart</i> , Barcelona: Gustavo Gili, 1981, p. 33).	
Figura 7 – <i>Place Royale</i> , Reims, França, 1775	11
(KRIER, Rob – <i>El Espacio Urbano: Proyectos de Stuttgart</i> , Barcelona: Gustavo Gili, 1981, p. 33).	

- Figura 8 – Schlossplatz, Stuttgart, 1750** 11
(KRIER, Rob – *El Espacio Urbano: Proyectos de Stuttgart*, Barcelona: Gustavo Gili, 1981, p. 33).
- Figura 9 – Ludwigsburg, Alemanha, após 1715** 11
(KRIER, Rob – *El Espacio Urbano: Proyectos de Stuttgart*, Barcelona: Gustavo Gili, 1981, p. 33).
- Figura 10 – Esquisso de Gordon Cullen** 15
(CULLEN, Gordon – *El Paisaje Urbano: Tratad de Estética Urbística*, Barcelona: Blume, 1977, p. 122).
- Figura 11 – Espaços para estar, Ascoli Piceno, Itália** 16
(GEHL, Jan - *La humanización del espacio urbano*, Barcelona: Editorial Reverté, Barcelona, 2006, p. 162).
- Figura 12 - Espaços para estar, Ascoli Piceno, Itália** 16
(GEHL, Jan - *La humanización del espacio urbano*, Barcelona: Editorial Reverté, Barcelona, 2006, p. 154).
- Figura 13 – Piazza del Campo, Siena, Itália** 17
(GEHL, Jan - *La humanización del espacio urbano*, Barcelona: Editorial Reverté, Barcelona, 2006, p. 165).
- Figura 14 – Exibição de uma escultura na Praça Seagrams, Nova Iorque** 18
(WHYTE, William H. – *The Social Life of Small Urban Spaces*, Nova Iorque: Project for Public Spaces Inc, 2001, p. 17)
- Figura 15 – Zonas de estadia na Praça Seagrams, Nova Iorque** 19
(WWW: <URL: <http://www.pps.org/reference/sitwalls/>>) [Consultado 8 Ago 2013]

- Figura 16** – Zonas de estadia na Praça *Seagrams*, Nova Iorque 19
(WWW: <URL: <http://www.pps.org/reference/sitwalls/>) [Consultado 8 Ago 2013]
- Figura 17** – Eleição de zonas para sentar 20
(GEHL, Jan - *La humanización del espacio urbano*, Barcelona: Editorial Reverté, Barcelona, 2006, p. 170).
- Figura 18** – Relações entre árvore e edifício, esquisso de Gordon Cullen 21
(CULLEN, Gordon – *El Paisaje Urbano: Tratado de Estética Urbística*, Barcelona: Blume, 1977, p. 171-172).
- Figura 19** – Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (fotografia da autora, 2013). 22
- Figura 20** – Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (fotografia da autora, 2013). 22
- Figura 21** – Praça D. Pedro IV, Lisboa (fotografia da autora, 2013). 23
- Figura 22** – Praça D. Pedro IV, Lisboa (fotografia da autora, 2013). 23
- Figura 23** – Planta do Orfanato 28
(WWW: <URL: <http://www.archdaily.com/151566/ad-classics-amsterdam-orphanage-aldo-van-eyck/>) [Consultado 8 Ago 2013]
- Figura 24** – Maqueta do Orfanato 28
(WWW: <URL: <http://www.archdaily.com/151566/ad-classics-amsterdam-orphanage-aldo-van-eyck/>) [Consultado 8 Ago 2013]
- Figura 25** – Detalhe da planta do orfanato 29
(HERTZBERGER, Herman – *Lições de Arquitetura*, São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.127).

Figura 26 – Detalhe do mobiliário construído	29
(HERTZBERGER, Herman – <i>Lições de Arquitetura</i> , São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.127).	
Figura 27 – Planta da entrada para os apartamentos do lar De Drien Hovan	30
(HERTZBERGER, Herman – <i>Lições de Arquitetura</i> , São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.40).	
Figura 28 – Apropriação da zona de entrada dos apartamentos	30
(HERTZBERGER, Herman – <i>Lições de Arquitetura</i> , São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.40).	
Figura 29 – Planta do edifício de alojamento de estudantes, Weesperstraat	30
(HERTZBERGER, Herman – <i>Lições de Arquitetura</i> , São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.55).	
Figura 30 – Apropriação da galeria como rua de convivência	30
(HERTZBERGER, Herman – <i>Lições de Arquitetura</i> , São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.55).	
Figura 31 – Detalhe da planta da Escola Montessori	31
(HERTZBERGER, Herman – <i>Lições de Arquitetura</i> , São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.153).	
Figura 32 – Pódio de tijolos da Escola Montessori	31
(HERTZBERGER, Herman – <i>Lições de Arquitetura</i> , São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.153).	
Figura 33 – Unidade de esterilização típica de Hospital	32
(ALEXANDER, Christopher e CHERMAYEFF, Serge – <i>Comunidad y Privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista</i> , Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1970, p. 234).	

- Figura 34** – Estúdios da Emissora Radial, Copenhaga **32**
(ALEXANDER, Christopher e CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y Privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1970, p. 234).
- Figura 35** – Casa com pátio **32**
(ALEXANDER, Christopher e CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y Privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1970, p. 234).
- Figura 36** – Unidade de habitação típica de hotel **32**
(ALEXANDER, Christopher e CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y Privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1970, p. 234).
- Figura 37** – A válvula como articulação de ambientes **33**
(ALEXANDER, Christopher e CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y Privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1970, p. 272).
- Figura 38** – Atividades que têm lugar na soleira da porta **35**
(UNWIN, Simon – *Doorway*, Grã-Bretanha: Butler and Tanner Ltd, 1997, p. 118).
- Figura 39** – Atividades que tomam lugar na soleira da porta **35**
(UNWIN, Simon – *Doorway*, Grã-Bretanha: Butler and Tanner Ltd, 1997, p. 118).
- Figura 40** – Atividades que tomam lugar na soleira da porta **35**
(UNWIN, Simon – *Doorway*, Grã-Bretanha: Butler and Tanner Ltd, 1997, p. 118).
- Figura 41** – Localização do projeto (imagem da autora, 2013). **37**

Figura 42 – Esquema de demolições (imagem, 2013).	39
Figura 43 – Diagrama de funções programáticas (desenho da autora, 2013).	41
Figura 44 – Corte pelas zonas de produção (desenho da autora, 2013).	42
Figura 45 – Pomar (imagem da autora, 2013).	42
Figura 46 - Zona de jardim (imagem da autora, 2013).	43
Figura 47 – Espaço de estadia (desenho da autora, 2013).	43
Figura 48 – Diagrama do desenho da água no projeto (desenho da autora, 2013).	44
Figura 49 – Fonte do claustro (fotografia da autora, 2013).	45
Figura 50 – Fonte que pertenceu ao espaço da cerca (fotografia da autora, 2013).	45
Figura 51 – Espaço público de entrada no edifício (imagem da autora, 2013).	46
Figura 52 - Planta do espaço de entrada (desenho da autora, 2013).	46
Figura 53 - Planta do corredor (desenho da autora, 2013).	47
Figura 54 - Corredor de acesso aos blocos “gémeos” e ao espaço exterior (imagem da autora, 2013).	47
Figura 55 – Claustro do Hospital de Santa Marta (fotografia da autora, 2013).	47
Figura 56 – Claustro do Hospital de Santa Marta (fotografia da autora, 2013).	47

Figura 57 – Átrio de entrada principal, no piso térreo (fotografia da autora, 2013).	48
Figura 58 – Planta do piso térreo (desenho da autora, 2013).	48
Figura 59– Átrio da igreja, na Rua de Santa Marta (fotografia da autora, 2013).	49
Figura 60 – Átrio do piso 1 (cota 42.60) (desenho da autora, 2013).	49
Figura 61 – Galeria do piso 1 (cota 42.60) (desenho da autora, 2013).	50
Figura 62 – Galerias do piso 2 (cota 47.20) (desenho da autora, 2013).	50
Figura 63 – Detalhe da planta dos quartos (desenho da autora, 2013).	51
Figura 64 – Piso destinado a habitações temporárias (imagem da autora, 2013).	51

Agradecimentos

Agradeço a todos que me apoiaram e incentivaram durante os últimos cinco anos.

Aos meus pais, ao meu irmão, aos meus avós e ao Nelson.

Aos meus colegas e amigos que me acompanharam ao longo deste percurso, em especial à Mafalda, à Marta, à Patrícia e à Mariana.

Ao professor Pedro Pacheco pelo apoio e por ter aceite orientar este trabalho.

Ao professor José Aguiar, não só pelo acompanhamento deste trabalho mas também pelo interesse que despertou para diversos assuntos no meu percurso académico.

À Dra. Célia Pilão pela disponibilidade e entusiasmo que demonstrou durante as visitas guiadas ao Hospital.

Ao professor Vítor Lopes dos Santos que sempre me recebeu com a sua boa disposição.

“A condição fundamental de se ser humano é o homem com o seu semelhante”

Martin Buber

1. INTRODUÇÃO

1.1. Tema: Enquadramento e Justificação

O presente trabalho tem como objeto principal verificar como o espaço coletivo e como a arquitetura podem ter um papel primordial como indutores de comportamentos na interação e no contacto social. O tema, A Dimensão do Coletivo, surge de questões levantadas pelo objeto de estudo. Tratando-se os conventos de sistemas de comunidade e coletividade, é justificável a análise deste assunto de forma a devolver ao edifício tais características.

Com os processos de transformação da colina de Sant'Ana, na cidade de Lisboa, entre eles a desativação dos hospitais, como o de Santa Marta, marco na história desta área da cidade, são levantadas questões acerca da funcionalidade futura destes elementos do património. O programa proposto, um novo complexo de gastronomia e saúde, tem como finalidade criar uma narrativa entre a cidade, a colina e o convento. Esta narrativa estabelecerá um diálogo entre os referidos espaços, fazendo com que Santa Marta seja parte integrante de uma cidade dinâmica e regulada por inter-relações entre os seus diversos elementos.

1.2. Objetivos

Um dos objetivos principais do trabalho é tentar compreender o papel que a arquitetura desempenha na qualificação de determinados comportamentos, ou seja, a forma como o desenho do espaço e o seu tratamento pode ter a capacidade de incentivar a coesão social. Neste sentido, a criação de um lugar onde possam ser realizadas as mais diversas tarefas do quotidiano, como estar, passear, contemplar, conviver, recriar e trabalhar, torna-se relevante para a troca de experiências no espaço público. Contudo, é igualmente importante a capacidade de estabelecer diversos tipos de relações que possibilitem todos os níveis de privacidade e sociabilidade.

Com o projeto de reabilitação do Hospital de Santa Marta pretende-se devolver o convento à cidade, pois, tal como Maria da Luz Valente Pereira (investigadora do LNEC) defende, “reabilitar é restituir a cidade à estima pública”¹. Ao intervir num objeto classificado atualmente como património, onde o espaço à sua volta se encontra sobrelotado, implica salientar a importância do espaço público. Desta forma, as

¹ Maria da Luz Valente Pereira citada em AGUIAR, José, PACHECO, Pedro - *Construir no Construído, heterotopias, memória e cidade – A Colina de Sant'ana*, Doc, 02, Polocopiado.

relações entre os novos espaços públicos propostos e o legado pré-existente deverão ser adequadas à reutilização do mesmo. Tendo em conta o carácter de exceção do caso de estudo, a essência do lugar, como meio para alcançar um modelo adequado e a preservação do seu valor memorial, são aspetos indispensáveis ao longo do processo de projeto.

1.3. Metodologia

O trabalho tem como conteúdo uma pré-existência e, assim sendo, torna-se necessário que em primeiro lugar seja realizada uma análise do conjunto e da sua caracterização histórica de forma a encontrar uma resposta adequada para a sua reativação. Como reutilizar otimizar os edifícios e os espaços da cerca, como valorizar a sua memória, ao mesmo tempo que permita novos usos e funções para a atualidade, e como trabalhar o espaço para que o mesmo se torne um lugar de encontro, são as principais questões que enquadram uma perspetiva de reabilitação.

Ao longo da dissertação são apresentadas várias obras de autores que desenvolveram este tema, ligados à arquitetura e às ciências sociais, de modo a fundamentar o trabalho prático. São também apresentados diversos casos de estudo, de acordo com o assunto em desenvolvimento.

O projeto final de mestrado e a dissertação foram realizados em paralelo, sendo as peças referentes ao primeiro apresentadas em forma de painéis e maquetas, demonstrando as várias fases do trabalho.

1.4. Estrutura e Delimitação do Universo de Estudo

O desenvolvimento da dissertação encontra-se organizado em três partes. Na primeira parte, O Espaço Público e a Crise Social, são analisadas obras de vários autores, como Jan Gehl, William H. Whyte e Siegfried Giedon, que fundamentam a questão do individualismo na cidade e a urgência de um sentido comunitário. Na segunda parte, Os Espaços de Transição como Catalisadores de Interação, é feita uma reflexão acerca das obras de autores que defendem que os espaços de transição desempenham um papel fundamental no que respeita ao estímulo social e ao contacto com o outro, tais como Herman Hertzberger e Aldo Van Eyck, este último membro dos Team X. É também referida a obra de Christopher Alexander e Serge Chermayeff, onde os autores defendem

que as zonas de transição desempenham um papel principal no desenho arquitetónico, mas na perspetiva do controlo da privacidade.

Na terceira parte do trabalho, Projeto de um Complexo de Gastronomia e Saúde, é apresentado o projeto final de mestrado, onde são explicados o contexto; as relações programáticas entre o programa proposto e os espaços e funções do antigo convento/hospital; são igualmente descritos os espaços exteriores da cerca (pomar, horto, jardins) e será relatado como foram tratados e por que razão e, por fim, como funcionam os diversos espaços de transição no projeto (claustro, zonas de entrada, átrios e galerias).

2. ESTADO DA ARTE

2.1. Espaço Coletivo

Incorporar a noção de coletivo num lugar, implica uma atenção a um conjunto de questões ligadas às relações entre pessoas e o meio ambiente, tratando-se de uma questão do foro social e sensorial. A arquitetura deveria relacionar-se com a experiência do espaço, pois este não é estático, permitindo várias experiências e comportamentos a quem o vive, dando origem a lugares de interação. Assim, a arquitetura torna-se uma forma de regular as relações sociais e culturais, servindo como base das vivências humanas. Tendo isto em conta, a qualidade do espaço público pode ter consequências diretas nas dinâmicas de uma sociedade. O conceito de coletivo pode-se então definir pelo conjunto de relações entre as pessoas e destas com o ambiente em que estão inseridas.

O lugar como palco do coletivo subentende a experiência humana, fazendo do espaço um lugar de vivências e sensações de carácter qualitativo. Segundo Norbert Schulz, o lugar é “um fenómeno qualitativo total que não se pode reduzir a nenhuma das suas propriedades, como as relações espaciais, sem que se perca de vista a natureza concreta”². Assim como Schulz, Henry Lefèbvre afirma em *The Production of Space*, que a história pessoal e cultural de cada individuo tem efeito nos lugares como processo dialético continuo. A percepção e a ação são reguladas pelo que se conhece.

Atualmente, as grandes invenções tecnológicas têm vindo a trazer impactos na percepção humana e na conceção do espaço, levantando questões sobre a criação de espaços físicos e o seu papel na atualidade.

“A arquitectura é tanto mais sobre os eventos que tomam lugar nos espaços do que aos espaços em si... As noções estáticas de forma e função favorecidas longamente pelo discurso arquitectónico precisam de ser substituídas pela atenção às acções que ocorrem dentro e ao redor do edifício: para o movimento dos corpos, para actividades, para aspirações...”³

Compreender um lugar a partir do seu carácter coletivo implica compreendê-lo em toda a sua complexidade, nos seus diversos aspetos, sociais, culturais, geográficos e políticos. Assim, a forma como se interage com o espaço físico está relacionada com as referências de cada um. O lugar como espaço coletivo pode ser entendido como o

² Norbert Schulz citado em VIANA, Lídia Quiêto, RHEINGANTZ, Paulo Afonso - *Arquitectura Contemporanea: Abordando Colectivamente o Lugar, Processo de Projecto e Materialidade*, p.22

³ Bernard Tschumi citado em VIANA, Lídia Quiêto, RHEINGANTZ, Paulo Afonso - *Arquitectura Contemporanea: Abordando Colectivamente o Lugar, Processo de Projecto e Materialidade*, p.23

ambiente atravessado por ações, discursos e narrativas, tratando-se de uma relação dinâmica entre pessoas e ambiente.

Segundo Henry Lefèbvre em *Direito à Cidade*, é necessário que haja uma planificação direcionada para as necessidades sociais e uma aplicação de ciência das relações e correlações na vida urbana. O autor toma uma posição contra o urbanismo racional como ideologia e afirma que é necessário uma dedicação à dimensão sociológica da cidade.

2.2. Cidade Social

A cidade nunca demonstrou preocupações sociais como hoje. pois, atualmente, confronta os cidadãos com uma nova realidade: o crescente individualismo das pessoas e o seu alheamento pelo que os rodeia. O indivíduo afasta-se do domínio público e concentra-se na sua esfera pessoal e nos ambientes que pode controlar, em oposição ao que acontece no espaço público tradicional, onde existem interações e troca de experiências entre indivíduos. Trata-se de uma crise a nível social, pois, devido ao aumento da importância atribuída ao domínio privado em relação ao domínio público, é evitada a interação humana.

Nesse sentido, a arquitetura deveria trabalhar de forma a recuperar o sentido de coletivo que se perdeu, visto que o desenho de qualidade do espaço pode ser essencial na reposição da harmonia entre as pessoas e a cidade.

Em *Arquitetura e Comunidade*, Sigfried Giedion critica a cidade através da trágica herança do século XIX, que surgiu com a industrialização. Defendendo a dimensão social como parte da cidade que tem de ser tida em conta ao nível do projeto, afirma que “a cidade é a expressão da multiplicidade de trocas sociais, que se fundem num organismo único”⁴. O problema, defende o autor, é que a cidade é encarada como um fenómeno apenas económico e geográfico, necessitando de ser vista, também, através de uma perspetiva social.

De acordo com o pensamento de Jan Gehl, a cidade deveria ser um lugar de encontro por excelência e, para que tal acontecesse, deveria de ser dotada de espaços que permitissem realizar várias vivências com qualidade como descansar, caminhar, estar sentado, entre outros.

⁴ GIEDION, Sigfried – *Arquitetura e Comunidade*, p.36

“Se a cidade é o lugar de encontro por excelência, mais que qualquer outra coisa, a cidade é o espaço público pedonal. (...) A quantidade e qualidade do espaço público pedonal determinam a qualidade urbana de uma cidade”⁵

Em *La Humanización del Espacio Urbano*, o autor apresenta um trabalho com uma perspetiva humanista, onde investiga as necessidades do ser humano e aponta de que forma a arquitetura pode contribuir para a realização de tais necessidades. Além disso, explica porque é que certos elementos trazidos pelas novas tecnologias prejudicam a qualidade urbana, que aspetos fazem com que um espaço seja atrativo e como devem ser pensados as zonas de repouso. Igualmente discute o “efeito de bordo”, baseado no conceito de Edward T. Hall, em *A Dimensão Oculta*, que se encontra relacionado com a conceção de zonas de repouso.

“Necessitamos, por exemplo, de estar com pessoas. E a cidade deve ter características propicias a esse contacto com os outros.”⁶

William H. Whyte dedicou parte do seu trabalho ao estudo do comportamento humano no espaço público. Em *The Social Life of Public Buildings* procura explicar o motivo de, na vasta variedade de lugares que compõem a cidade, alguns espaços públicos resultarem para os utilizadores e outros não. Assim, começou por estudar o comportamento das pessoas nas praças, observando a maneira como se apropriavam do espaço, concluindo que um dos aspetos mais importantes e mais utilizados era a quantidade e qualidade de zonas que permitissem o ato de sentar.

A qualidade destas depende de outros fatores que a condicionam, como sol, a presença de vegetação e de água e a exposição ao vento. O autor analisa os elementos presentes no espaço público de forma a perceber de que maneiras potenciam (ou não) a qualidade de permanência num lugar.

2.3. Transição: Papel Principal ou Secundário?

O arquiteto holandês Aldo Van Eyck, ao fazer com que o seu trabalho se adapte às necessidades do ser humano, baseia-se no pensamento de Martin Buber, que defendia a natureza do ser humano através do encontro, e concebe o conceito de in-between (entre-

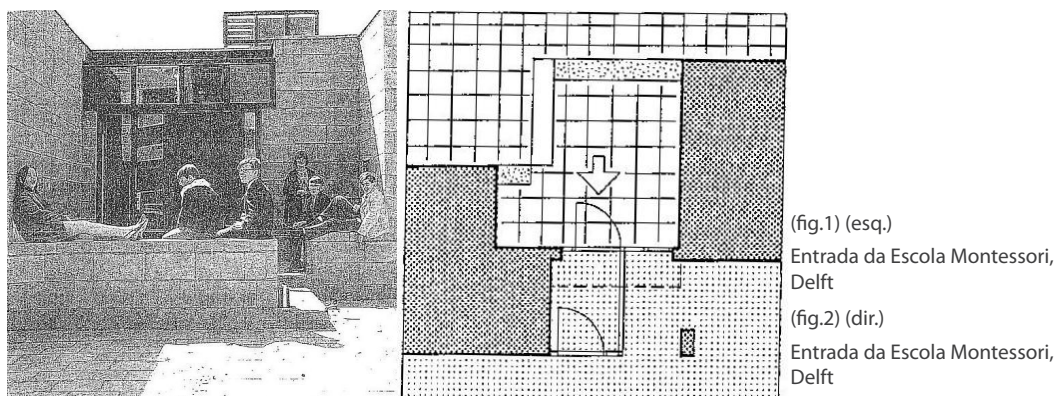
⁵ GEHL, Jan – *La Humanización del Espacio Urbano*, p.7

⁶ GEHL, Jan – *La Humanización del Espacio Urbano*, p.7

lugar), que consiste no lugar do intervalo como o sítio que estabelece relações entre polaridades conflituosas. Segundo Van Eyck, espaços com características distintas não se tratam de espaços opostos, mas de espaços complementares, criando o “fenômeno dual”. Assim, considerava que harmonizar polaridades conflituosas se traduzia numa arquitetura mais humanista, pois a experiência do Homem é igualmente assinalada por dualidades: sonho/realidade, consciência/ inconsciência. Além do mencionado, também defende que todos os limiares deveriam constituir lugares intermédios de circulação.

“O conceito do intervalo é a chave para eliminar a divisão rígida entre áreas com diferentes demarcações territoriais”⁷

Herman Hertzberger, em *Lições de Arquitetura*, afirma que uma boa incorporação dos espaços de circulação no desenho do projeto facilita a deliberação dos indivíduos a expandirem a sua esfera pessoal sobre o domínio público, aumentando a qualidade do espaço público de interesse comum. Com isto, surge uma área de “rua”, onde os moradores estão envolvidos e onde eles próprios definem as suas demarcações coletivas e individuais, ou seja, surge um espaço comunitário. Aqui, o mundo é controlado e administrado por todos e para todos.

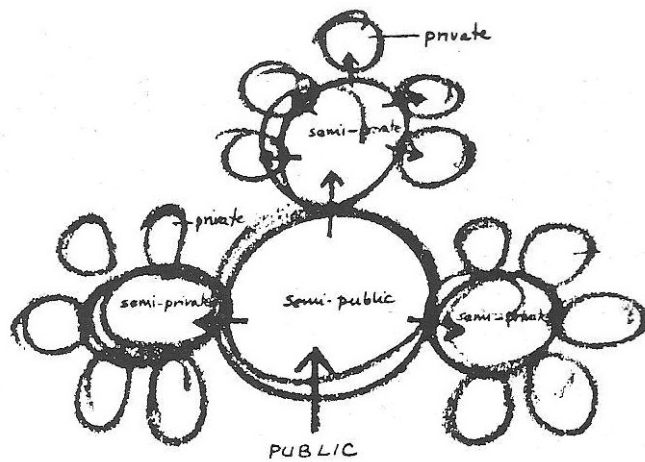


O autor enfatiza o papel que a soleira desempenha no conceito do intervalo. Esta surge como um elemento de extrema importância, capaz de cumprir várias tarefas, sendo uma delas suavizar a transição da realidade pública para a realidade doméstica.

O conflito entre a liberdade do indivíduo e a responsabilidade pública faz-se notar, cada vez mais, em todos os campos da atividade humana e a responsabilidade de resolver este conflito compete a todos os envolvidos no desenho do ambiente que rodeia o ser humano. Existe todo um estímulo da crescente mobilidade do indivíduo,

⁷ HERTZBERGER, Herman, *Lições de Arquitetura*, p.40

mas raramente se pensa numa tranquilidade que a complemente. Segundo Chistopher Alexander e Serge Chermayeff, em *Comunidad y Privacidad*, na casa devem existir espaços válvula, isto é, zonas que, além de permitirem a coexistência de realidades distintas, funcionem como zonas controladoras de ambientes, preservando a sua privacidade e protegendo o espaço doméstico das agressões provenientes do espaço exterior. Desta forma, defendem o desenvolvimento de uma ciência do desenho do ambiente, desafiando a capacidade criativa e técnica do arquiteto.



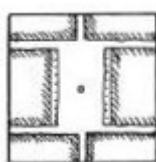
(fig.3)
Esquisso de Jan Gehl

3. O ESPAÇO PÚBLICO E A CRISE SOCIAL

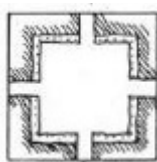
3.1. Os Fundamentos do Espaço Público

Na cultura ocidental, as cidades sempre foram uma representação do convívio humano, onde a vida coletiva determinava a hierarquia e a qualidade das cidades. Atualmente, a vida na cidade é vivida com menos preocupação ou interação com o que se passa no ambiente onde as pessoas se encontram inseridas. Civilizações antigas, como a grega, conseguiram que os seus edifícios se comportassem como geradores de espaços exteriores, criando ambientes mais abrangentes e completos do que quaisquer outras arquiteturas mais contemporâneas, conseguindo acolher diversos estados de espírito, ações e modos de estar. Alguns elementos morfológicos utilizados no desenho da cidade já foram anteriormente utilizados por outras civilizações, como a grega ou romana, com um significado próprio: a rua, como um lugar de comércio, ou a praça, herdeira quer do fórum romano quer da ágora grega. Efetivamente, elementos como a stoa, que não pertencendo ao interior nem ao exterior, conseguia dar abrigo ao ser humano, oferecendo sombra e proteção ou a ágora, que sendo um lugar de reunião, além de ser um espaço religioso e económico, era o centro da vida pública.

A *praça* é, indiscutivelmente, a primeira criação humana de espaço urbano, resultando de um agrupamento de pelo menos três edifícios que delimitam um espaço livre. Distingue-se dos outros espaços, que são resultado de alargamentos acidentais ou convergências de traçados, dado que pressupõem um desenho. A sua forma tem um significado simbólico, visto que a sua aplicação remonta à antiguidade. Quando o espaço de uma praça não é agradável não se deve apenas às suas dimensões ou proporções, deve-se, também, à forma como funciona e se articula com o resto da cidade.



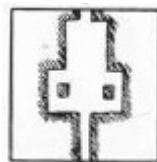
(fig.4)
Livorno, Itália,
Piazza V. Emanuele,
1605



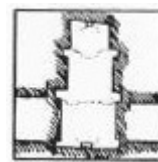
(fig.5)
Londres,
Hanover Square,
séc.XVIII



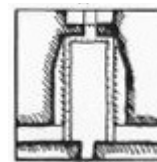
(fig.6)
Florença, Itália,
Piazza Dante, 1774



(fig.7)
Reims, França,
Place Royale, 1775



(fig.8)
Stuttgart,
Schlossplatz,
1750



(fig.9)
Ludwigsburg,
Alemanha,
após 1715

Rockefeller Plaza, em Nova Iorque, funciona como um lugar para disfrutar até mesmo durante o Inverno, quando os cidadãos vão para lá patinar no gelo. Mesmo quem não participa, para e assume um papel de espectador, criando um clima de companheirismo. A *Piazza del Campo*, em Siena, rodeada de cafés ao ar livre, tem uma atmosfera e um ambiente de abertura e de luz, sendo frequentada durante todo o ano, mesmo quando é realizado o *Pallio dell Contrade*, uma corrida de cavalos que decorre anualmente. A praça enche-se de multidão nas tribunas e janelas das habitações, quer sejam amigos das famílias residentes, quer sejam espectadores que pagam para entrar e ver as festividades.

Resultado do crescimento em superfície, após o espaço em volta da praça ser ocupado, a *rua* organiza a distribuição do território e comunica com cada uma das parcelas, servindo também como elemento de orientação. Originalmente era um lugar onde o contacto social entre os moradores acontecia, funcionando, no fundo, como uma sala de estar comunitária em bairros com fins unicamente habitacionais. A rua como zona pública de interação encontra-se integrada num sistema de movimento pedonal e para que não aconteçam perturbações no sistema é necessário ter em atenção vários fatores: o acesso direto da rua para o interior das habitações; a disposição das garagens e estacionamento, que regulam a prioridade que se dá ao tráfego automóvel; a localização de zonas de recreio em áreas isoladas; a negligência no aspeto estético dos edifícios adjacentes e, por último, a impossibilidade de investimento em zonas verdes e em outros aspetos destinados a tornar o espaço atrativo.

Além de praças e ruas, vazios delimitados por construções, a *estrutura verde* é também um elemento que faz parte da estrutura urbana, abrangendo desde a caldeira de uma árvore até ao grande parque urbano. Não tendo a mesma dureza que os elementos construídos, a organicidade do verde é igualmente importante, morfológica e visualmente, visto que dão caráter ao espaço da cidade, desempenhando relevantes funções, como o controlo do clima e a qualificação da cidade. No período clássico barroco, o jardim surge como um campo específico da arquitetura da paisagem e da organização do território. Desde o recinto arborizado, ao jardim, ao passeio ou à alameda, os espaços verdes são estruturantes nas práticas sociais.

Em Lisboa, o *passeio público* surgiu com a reconstrução da cidade pombalina, após o terramoto, estruturando o prolongamento da Praça do Rossio, dando origem a um espaço amplo e de lazer. Constituiu um lugar de encontro onde as classes sociais mais altas se exibiam e, a partir de meados do século XIX, afirma-se como um lugar de encontro para toda a cidade, oferecendo diversos tipos de entretenimento, como fogos-de-artifício, festas e bailes durante as noites de verão. Com o aparecimento das grandes avenidas e com a expansão da cidade para Norte, este deu lugar aquela que é hoje a

Avenida da Liberdade.

3.2. A Arquitetura e a Dimensão Social

O problema social da cidade deveria ser uma preocupação da arquitetura e parece pacífico defender que deveria existir uma relação entre as partes e o todo, ou seja, entre o indivíduo e aquilo que o rodeia. Devido ao seu caráter comunitário e polivalente, os espaços de transição, quer se trate do espaço entre edifícios ou do espaço entre salas e apartamentos, por exemplo, permitem o incentivo à participação com o outro e podem constituir importantes lugares de encontro e de reunião. Um pouco por toda a parte existe a urgência de um maior equilíbrio entre as esferas coletiva e individual, pois é raro, nas grandes urbes modernas, desenvolver-se vida comunitária.

Sigfried Giedon, em *Arquitectura e Comunidade*, faz referência ao *core of the city*, isto é, o coração da cidade (do latim cor, coração) onde a cidade deve ser vista como um problema humano, ou seja, como um facto social e não apenas como um simples fenómeno económico ou geográfico. Os seres humanos sentem o desejo de comunicar e de interagir, de sair do papel de espectadores e de participarem naquilo que acontece à sua volta, pois é o convívio que marca as relações humanas e não a máquina. São necessários diferentes tipos de espaços, que tenham a capacidade de incentivar estes estímulos. É necessário não olvidar que a arquitetura, apesar de ser um ato de construção, tem múltiplas dimensões implícitas.

Nas cidades tradicionais acontecia uma organização social e espacial muito forte, regulada por um princípio de coerência e integração próprias, que se traduzia numa maneira de ser e de agir. A modernidade trouxe novas maneiras de ser e de estar.

“A aglomeração moderna perdeu toda a relação com a polis, tornou-se uma sucessão, uma montagem, uma seriação, uma interferência de “processos” e de “acontecimentos urbanísticos” instáveis, eu surgem, cada um deles, emanando de espaços sociais, económicos, políticos, simbólicos ou até mesmo históricos, heterogéneos”⁸

A cidade deveria ser um lugar de encontro por excelência, por isso o espaço público deveria reunir condições que permitam aos indivíduos diversas ações como caminhar, descansar e estar com outras pessoas, etc. Jan Gehl, cujo trabalho explora a dimensão humana, considera que a qualidade do espaço público pedonal determina

⁸ FREITAG, Michael – *Arquitectura e Sociedade*, p.54

a qualidade urbana de uma cidade e defende que um espaço público é considerado bom, quando permite a realização de várias atividades e quando permite às pessoas permanecer e disfrutar do mesmo.

Segundo o autor, existem três tipos de atividades exteriores: as necessárias, as opcionais e as sociais.

As necessárias estão classificadas como obrigatórias para a vida quotidiana, como ir para o trabalho ou para a escola e realizar diversas tarefas, entre outros. A maior parte destes acontecimentos encontram-se relacionados com a ação de caminhar. Visto que se tratam de tarefas necessárias, encontram-se influenciadas pelo ambiente físico onde se inserem, pois realizam-se durante todo o ano a qualquer hora.

As atividades opcionais são aquelas em que se participa voluntariamente e quando o tempo e o lugar o permitem, como dar um passeio, apanhar ar e sentar-se a apanhar sol, entre outros. Estas realizam-se quando as condições exteriores são favoráveis. A relação entre este tipo de atividades e o ambiente exterior é importante no que respeita ao projeto do ambiente físico, pois se os ambientes exteriores forem de fraca qualidade, o mais provável é apenas serem utilizados quando forem levadas a cabo atividades necessárias à vida quotidiana. Ao contrário do que acontecerá em ambientes exteriores com boa qualidade, onde as atividades e a estadia no exterior tendem a durar mais tempo.

As atividades sociais são todas as que dependem das outras pessoas nos espaços públicos, ou seja, dependem da capacidade que um espaço tem de atrair pessoas e de as convencer a ficar. Jogos familiares, encontros, atividades comunitárias, conversas e contactos de carácter passivo (ver e ouvir os outros), fazem parte deste tipo deste grupo. Podem ser consideradas resultantes, pois quase todas resultam de ocorrências ligadas às duas outras categorias, visto que as pessoas se encontram no mesmo espaço, cruzam-se ou, simplesmente, veem-se umas às outras. São atos espontâneos, consequência direta de quem deriva e deambula no mesmo espaço e, desta forma, são incentivadas quando o espaço público oferece boas condições para serem realizadas atividades necessárias e opcionais. O seu carácter está diretamente ligado ao contexto em que se encontram inseridas. Em zonas residenciais, perto de escolas ou locais de trabalho, por exemplo, onde haja um número limitado de indivíduos, o contacto social pode ser bastante completo, desde encontros e conversas até jogos que surgem de interesses em comum. Tal acontece pois as pessoas conhecem-se umas às outras devido ao facto de se encontrarem e verem com frequência. Já em zonas centrais das cidades é mais comum este tipo de ações ter um carácter mais superficial, sendo na sua maioria contactos passivos.

Numa interpretação muito direta, poder-se-á dizer que o contacto social acontece quando duas pessoas se encontram no mesmo espaço, veem-se e ouvem-se mutuamente. Se assim é, então trata-se de uma importante conexão no que respeita à configuração física do espaço, na medida em que a arquitetura deveria ter a capacidade de influenciar o conteúdo e a intensidade dos contactos sociais, visto que o ambiente físico é o palco destes acontecimentos.

A qualidade de um espaço público pode ser determinada pela presença de pessoas, do tipo e número de atividades e acontecimentos que nele se praticam.

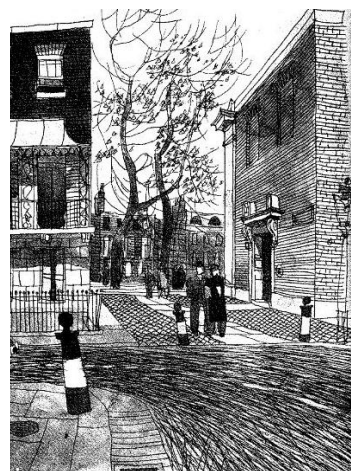
“Se há muita gente, ou se está a passar-se algo, a tendência é que se incorporem mais pessoas e acontecimentos, e as actividades crescem tanto em extensão como em duração”⁹

Edmund Bacon, em *Design of Cities*, relaciona os fenómenos da cidade a fenómenos naturais. Segundo o autor, assim como uma árvore evolui da semente para o tronco, onde nascem ramos que, por sua vez, dão origem a folhas, constituídas por nervuras, que, posteriormente, dão origem a mais nervuras; o espaço público ganha vida a partir da mesma dinâmica, isto é, os indivíduos apercebem-se que um determinado espaço é agradável, quando veem os outros a usufruí-lo. Consequentemente, a cidade torna-se um ato de vontade e a sua forma é determinada pelas decisões dos que nela habitam.

3.3. Espaços Para Caminhar, Estar e Sentar

Além da frequência com que os espaços são utilizados, mais importante ainda, é a forma como podem ser utilizados. Não basta desenhar espaços que permitam aos indivíduos irem e virem, também devem ser proporcionadas condições favoráveis para poderem vaguear e divertirem-se, assim como para participar num variado leque de atividades sociais e recreativas.

O ato de caminhar proporciona uma possibilidade informal e descomplicada de se estar presente e de participar na vida da cidade. Caminha-se para qualquer evento quotidiano, pois esta é uma ação necessária à vida.



(fig.10) Esquisso de Gordon Cullen

⁹ GEHL, Jan – *La Humanización del espacio urbano*, p.83

Assim sendo, é legítimo afirmar que para se caminhar confortavelmente e sem incómodos, sem empurrões e sem ser preciso demasiados desvios de obstáculos, é preciso espaço. A Praça de Ioanninna, no Norte da Grécia, por exemplo, é utilizada por diferentes tipos de público durante as várias fases do dia: ao final da tarde é pouco utilizada, a maior parte dos utilizadores são adultos e pais a passear com os filhos; mais tarde, à medida que a multidão aumenta, as pessoas adultas retiram-se da azáfama; durante a noite, quando o espaço se encontra sobrelotado, vê-se, maioritariamente, gente jovem da cidade, passado de um lado para o outro entre a multidão. Desta forma, a dificuldade surge quando se tenta definir um nível de tolerância de obstáculos entre ter uma área que, além de ser suficientemente dotado de experiências, é ampla, proporcionando espaço para as manobras necessárias.

Os espaços favoráveis para se caminhar estão organizados para que os deslocamentos sigam as distâncias mais curtas entre os destinos mais naturais dentro de uma zona.

É importante existir a possibilidade de estar de pé no espaço público, pois isto remete para o ato de ficar e de permanecer. As atividades em pé demonstram, com clareza, alguns importantes padrões de comportamento que são característicos de ocorrências realizadas em pé, no espaço público. Momentos de natureza muito funcional e objetiva, como esperar num semáforo ou olhar para a estrada, antes de a atravessar, não são paragens significativamente grandes para estarem influenciadas pelo ambiente físico onde se desenrolam. O mesmo não acontece quando se está de pé a falar com alguém conhecido ou quando se para, em algum sítio, à espera de uma pessoa. Nestes instantes desfruta-se o ambiente envolvente.

As zonas de estadia de eleição encontram-se junto às fachadas dos edifícios ou nas zonas de transição entre um dois espaços, de onde ambos são visionados. Estas áreas de limite são as preferidas devido ao facto de proporcionarem as melhores oportunidades para contemplação de todo o lugar. Edward T. Hall, em *A Dimensão Oculta*, explica o “efeito de bordo”. Segundo o autor, o conceito referido pode ser explicado através da percepção dos indivíduos, quando estes se encontram na borda de um bosque ou perto de uma fachada. Nestas situações surge um efeito de proteção que os ajuda a preservar a distância ente si e os outros.



(fig.11) (esq.)

(fig.12) (dir.)

Espaço para estar,
Ascoli Piceno, Itália

Os apoios são um elemento fundamental num espaço público, pois os sítios para se estar de pé são eleitos com cuidado: reentrâncias, portas, cantos, postes de iluminação, árvores ou apoios físicos semelhantes, que definam zonas de estadia de pequena escala, são elementos de que as pessoas se apropriam para se apoiarem quando permanecem de pé num determinado lugar, durante algum tempo.

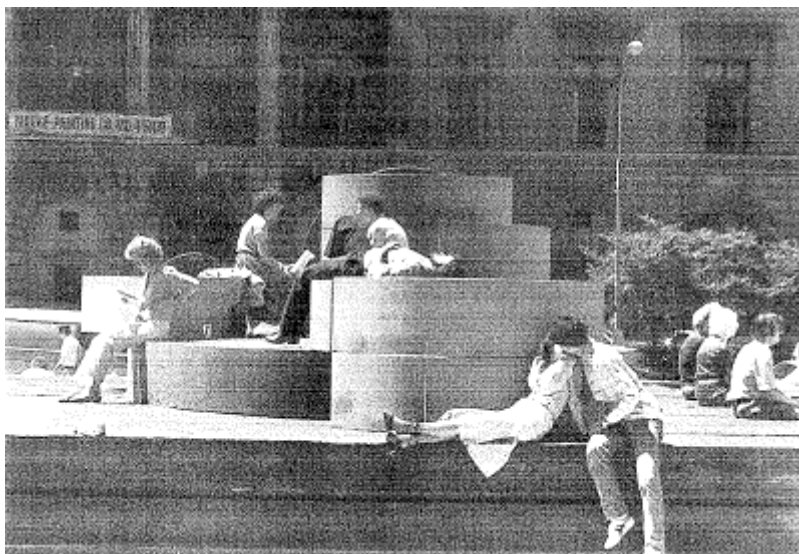
Na Praça de Siena, as pequenas colunas que formam a divisão entre a praça (estar) e a circulação (observar), funcionam, muitas vezes, como apoios para estadias mais longas, pois são apropriadas de diversas formas, como apoio para encosto, para pousar coisas ou mesmo para brincadeiras de crianças, dado que estas correm à volta dos elementos. Além disso, permitem a colocação de muretes de madeira para o seu principal evento, realizado duas vezes por ano: o *Palio di Siena*, uma corrida de cavalos que decorre durante o verão. Nesta praça o importante é inclinação da zona de estar, que permite às pessoas sentarem-se, apropriando-se da mesma como um espaço de estadia e de convívio.



(fig.13)
Piazza del Campo,
Siena, Itália

As zonas urbanas funcionam melhor quando possuem elementos que permitem sentar. Quando estas oportunidades são escassas e deficientes, as pessoas passam-lhes ao lado, fazendo com que as estadias na zona pública sejam breves e com que atividades exteriores atrativas se realizem com menos frequência ou que sejam excluídas.

A existência de situações favoráveis ao ato de sentar, num determinado espaço, permite que este esteja preparado para um variado número de ocorrências atrativas do espaço público, como comer, ler, dormir, jogar com os amigos, apanhar sol, conversar, entre outros. Este tipo de vida num espaço público é essencial para a qualidade da cidade.



(fig.14) Exibição de escultura na Praça Seagrams, Nova Iorque

“Só quando existem oportunidades para se sentar é que podem haver permanências de longa duração”¹⁰

As praças mais populares de Nova Iorque são consideravelmente mais acolhedoras, permitindo mais e melhores assentos, do que as menos utilizadas. Logicamente, o ato de sentar deveria ser fisicamente confortável, no entanto, partindo do ponto de vista do lugar como espaço coletivo, o socialmente confortável torna-se mais importante. Isto implica ter poder de escolha: poder estar sentado de frente, de costas, de lado, ao sol, à sombra, sozinho ou acompanhado. Mesmo que no desenho urbano sejam propostos bancos e cadeiras, o melhor é maximizar as áreas de dispositivos que permitam a uma pessoa sentar-se, integradas nas estruturas e no desenho do espaço. Uma diferença de cota, por exemplo, pode ser um banco.

O espaço exterior do edifício de *Seagram*, em Manhattan, de Mies Van Der Rohe, foi desenhado sem ornamentos ou percursos e, no entanto, é um local de permanência, sem um único banco. Os degraus são de tal forma convidativos que as pessoas apropriam-se de todo o espaço para se sentarem, para comer ou apanhar sol. Assim, as saliências e socacos são elementos que devem permitir a permanência.

¹⁰ GEHL, Jan – *La Humanización del espacio urbano*, p.169



(fig.15) (esq.) (fig.16) (dir.) Praça Seagrams, Nova Iorque

Na concepção destes elementos é necessário ter em conta aspetos como a altura e a largura. É invulgar existirem bancos ou socalcos com largura suficiente para duas pessoas se poderem sentar dos dois lados. Alguns podem até ter, em dimensão, mas não têm em conta o fator do conforto. As pessoas conseguem sentar-se em ambos os lados, mas fazem gestos e ajustes de desconforto: sentam-se na borda ou então ficam com uma postura extremamente direita. É o que acontece na praça *General Motors*, onde estes elementos têm cerca de 60cm de largura. Se os referidos elementos tivessem 90cm já permitiria um maior grau de conforto.

As exigências que determinam um bom lugar para sentar são, em grande parte, semelhantes às que definem um bom espaço para se estar de pé, embora mais exigentes. Aqui surge de novo o “efeito de bordo”, anteriormente mencionado, que aponta que os lugares mais protegidos são novamente os mais elegidos para sentar. Os bancos colocados de forma dispersa num espaço podem parecer mais interessantes em desenho, mas são visivelmente menos atrativos.

“Os assentos dentro de nichos, os extremos de bancos ou qualquer outro ponto bem definido, e outros lugares para sentar, onde as costas ficam protegidas, são preferíveis a outros lugares definidos com menos precisão”¹¹

O desenho da disposição de dispositivos para sentar requer atenção, pois deve ser orientada através de uma análise detalhada das qualidades ambientais e funcionais do lugar onde se encontram. Devem ser elementos fáceis de usar e devem oferecer conforto e comodidade a quem os utiliza durante longos períodos de tempo. O desenho multifuncional destes elementos e de detalhes de fachada, que permitam várias possibilidades de utilização, deveriam ser postos em consideração, pois além de cumprirem a sua função, resultam em elementos urbanos de maior interesse.

¹¹ GEHL, Jan – *La Humanización del espacio urbano*, p.171

3.4. O Papel dos Elementos Naturais



(fig.17) Eleição de zonas para sentar

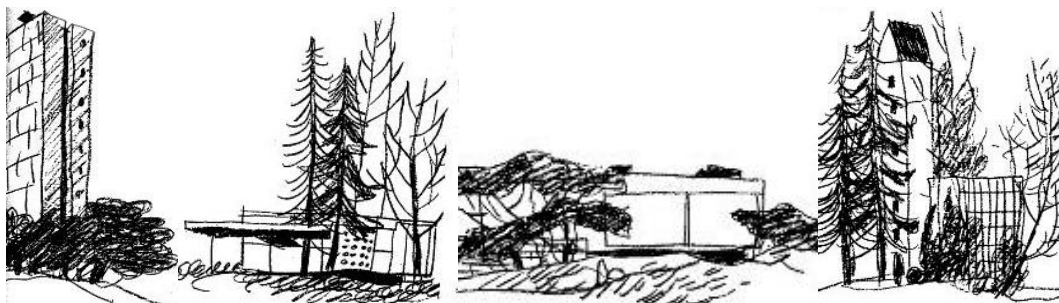
Além das áreas destinadas ao sentar, outros fatores naturais como o sol, o vento, as árvores e a água, têm impacto no que diz respeito à permanência e à estadia num determinado espaço.

A qualidade da experiência pode ser maior não só quando existe exposição solar, mas quando há a opção de escolha entre sol, sombra ou situações intermédias. Quanto maior a exposição solar, melhor, pois oferece a oportunidade de conceber ambientes que proporcionem essa escolha. A exposição solar a Sul, por exemplo, é vantajosa, pois recebe a luz do sol diretamente, mas ao serem criadas algumas estruturas de sombreamento, naturais ou artificiais, surgem várias possibilidades de eleição para desenhar zonas de repouso.

Além do referido, o calor é tão importante como o sol. No verão, em dias de calor, as pessoas apropriam-se tanto de espaços ao sol como à sombra, e neste aspeto há que dar atenção a outro fator: o vento. A ausência de vento e de correntes de ar é crítica, visto que um espaço ventoso não é o lugar de eleição para se estar.

A árvore é um dos elementos naturais que mais compõem a cidade, qualificando-a e, tal como os edifícios, estruturando o espaço. Deveria, entre outras situações, encontrar-se associada a espaços de descanso e estadia, visto que proporciona sombra e proteção. O lugar de baixo de uma árvore num dia de sol é bastante agradável, devido ao equilíbrio entre luz e sombra obtido através da sobreposição da folhagem. O melhor momento para se sentar debaixo de uma árvore, por exemplo, é quando está sol. Tendo diversas características, pode ser direita ou curva, de aspeto lustroso ou suave, com copa de pequena ou grande dimensão, a sua relação com os edifícios pode ter grande

expressividade. Por exemplo, árvores baixas associadas a edifícios altos ou árvores altas associadas a edifícios baixos podem criar um efeito de dissociação. Ou árvores baixas articuladas com edifícios baixos, de forma a marcar um ritmo horizontal, ou o contrário.



(fig.18) Relações entre árvore e edifício - esboços de Gordon Cullen

Outro elemento que tem um importante papel no desenho urbano é a água, que surge na arquitetura com a tradição árabe, aparecendo em situações como lagos, espelhos de água, canais, fontes, entre outros. O acesso à água deve ser garantido não só devido ao seu aspeto visual, mas também à sensação do seu toque e à sua sonoridade. Em *Paley Park*, Nova Iorque, uma das coisas que as pessoas referem quando explicam o motivo de acharem o lugar tão pacífico é o som da água, pois, mesmo fazendo ruído, trata-se de um som pacífico e tranquilizador.

Neste capítulo são analisados dois espaços da cidade de Lisboa, como casos de estudo: o Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian e a Praça D. Pedro IV, conhecida como Praça do Rossio. Estes lugares foram escolhidos por se tratarem de zonas públicas, embora com identidades diferentes: o jardim da fundação é bastante marcante na cidade, pois, praticamente, não se relaciona com a sua envolvente, apresentando-se como uma ilha na cidade, virada para si mesma; enquanto a Praça do Rossio é um espaço público de carácter mais urbano e inserido na cidade.

Jardim Calouste Gulbenkian

Orientação solar: com uma exposição solar a Sul, o jardim tira partido da mesma, criando vários espaços de estar, como clareiras ou encostas, que são apropriadas pelas pessoas para as mais variadas atividades: brincar com as crianças, ler um livro, estudar ou ficar ao sol.

Vegetação: trata-se de um jardim de exceção em Lisboa, tendo o aspeto de um género de bosque, onde, com uma grande variedade de árvores e arbustos, são conseguidos vários tipos de ambientes, quer ao sol, quer à sombra. As árvores são também responsáveis pela existência de espaços mais recolhidos, espalhados por toda a área, dando a possibilidade aos utilizadores de estarem sozinhos.

Presença da água: a água é um elemento muito presente em todo o jardim. Apresenta-se como um lago no centro, como se fosse o coração do lugar, e também se encontra associada a espaços de passagem e a espaços de estar relvados, permitindo, aos utilizadores vê-la e tocá-la. Surge, também, ao longo da maior parte dos percursos, correndo por baixo das lajetas de betão, fazendo com que o trajeto dos mesmos seja constantemente acompanhado pelo som da água a correr.

Exposição ao vento: neste aspeto, o espaço encontra-se protegido não só pelos elementos da vegetação, mas também pelos edifícios, pois houve o cuidado de colocar a zona recreativa e de lazer do jardim por trás das construções, garantindo um espaço menos ventoso.



(fig.19) (esq.) (fig.20) (dir.) Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Praça D. Pedro IV (Rossio)

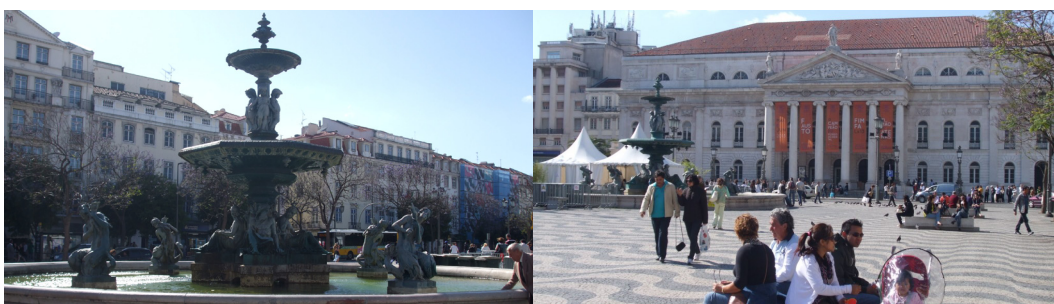
Orientação solar: a praça tem uma exposição solar a Sul, o espaço destinado à concentração de indivíduos encontra-se, na maior parte do tempo, ao sol, devido à circulação de trânsito automóvel acontecer entre os edifícios que limitam o espaço e a zona central.

Presença da água: existem dois pontos de água neste espaço que se apresentam como duas fontes. Uma delas, localizada em frente ao Teatro Nacional D. Maria II e a outra no extremo Sul da praça. As pessoas apropriam-se das fontes, quando se sentam nas suas extremidades, tiram fotografias ou molham as mãos.

Associação a um edifício monumental: estando o espaço relacionado a um edifício monumental/ cultural, ele atribui-lhe um carácter mais público, atraindo mais cidadãos à praça, tornando-a mais vivida.

Espaços de repouso: a praça do Rossio encontra-se equipada com mobiliário urbano, como bancos, que permitem a permanência e estadia dos indivíduos, mas outros elementos como as fontes e os degraus do Teatro Nacional D. Maria II, são também responsáveis por esta ação.

Associação a espaços comerciais: ao encontrar-se rodeada de zonas comerciais e de restauração, torna-se um espaço mais vivido, pois o comércio sempre foi uma das razões mais importantes para o intercâmbio social.



(fig.21) (esq.) (fig.22) (dir.) Praça do Rossio, Lisboa

4. OS ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

Os espaços de transição podem desempenhar um papel de grande importância no incentivo do contacto social. Ao serem criados espaços, logicamente, resultam zonas sobranes e ambos devem ser encarados com atenção e cuidado. Assim, o espaço chamado de “sobra” deve ser dotado de ambiências de forma a serem apropriados pelos indivíduos da melhor maneira, pois são estes, segundo alguns autores, como Herman Hertzberger, os espaços os responsáveis pelo estímulo e coesão social.

O espaço do intervalo é “tão importante para o contacto social como as paredes grossas para a privacidade”.¹²

A organização espacial dos edifícios deveria permitir várias gradações de abertura e de retiro, garantindo, dessa forma, condições para um variado número de interações. Um corredor pode ser desenhado com dimensões suficientes para que sirva de elemento de distribuição, ao mesmo tempo que funciona como espaço polivalente. Do mesmo modo, as entradas de habitações podem ser pensadas de forma a serem antecâmaras de entrada e, simultaneamente, a serem utilizadas como espaços de encontro e de estadia.

É necessário, no entanto, dar atenção à hierarquização destes espaços, ao seu domínio e à quantidade de pessoas que lá se vão juntar. Se forem muito pequenos corre-se o risco de surgir demasiada proximidade, enquanto se forem demasiado amplos, o contacto próximo é impedido. O carácter dos grupos também deve ser tido em conta. O intervalo entre apartamentos tem uma identidade diferente do que o intervalo entre zonas com programas públicos, pois o relacionamento entre das pessoas é diferente em cada uma das situações.

De acordo com o seu carácter, o intervalo e a transição deveriam ser pensados tendo em atenção vários fatores, como: a forma de assentamento e relação com o solo, a largura, a altura, a materialidade, as zonas de estadia e zonas de convívio, e a iluminação. São estes os aspetos responsáveis pelo controlo da gradação do nível de privacidade que se pretende atribuir.

Assentamento: a relação com o solo desempenha um papel crucial no domínio visual e na noção de convite, uma vez que ver através do edifício/ obstáculo e entender as permeabilidades e possibilidades de atravessamento cria uma noção de convite para entrar. A percepção e o sentimento de boas vindas num espaço não são os mesmos num edifício assente no solo e num edifício assente em pilotis. Um percurso revela uma

¹² HERTZBERGER, Herman – *Lições de Arquitectura*, p.35

sucessão de pontos de vista que lhe dão impacto visual e vida.

Largura: há que ter em atenção que o número de utilizadores e o fluxo de movimento dos mesmos determinam a largura do espaço.

Altura: encontra-se relacionada com o exterior, na medida em que quanto mais alto for um espaço, maior número de associações terá com o exterior, conferindo-lhe um carácter mais público do que um espaço de menores dimensões.

Materialidade: a utilização de materiais utilizados em espaços públicos, como a calçada portuguesa, evocará nos utilizadores a associação ao espaço exterior. É também necessário dar atenção aos acabamentos, pois as suas características, como a textura, porosidade e cor desempenham um papel importante no que diz respeito ao comportamento térmico e ambiental do espaço.

Zonas de estadia e de convívio: de carácter formal (mobilados com mesas e cadeiras) ou informal (degraus e desníveis que sirvam de apoio), podem ser responsáveis pelo aumento do contacto social entre os indivíduos. Devem ser pensados em função do tipo de público que utilizará a área e do tipo de espaço a que dão acesso. O acesso a bibliotecas ou salas de estudo, por exemplo, não convém estar associado a zonas para onde estão previstas demasiado ruído.

Iluminação: a iluminação natural surge com um forte incentivo, quando se trata de zonas de estadia e descanso. A iluminação natural zenital suscita relações com o exterior, evocando o carácter público. O mesmo se passa com a utilização de iluminação artificial, semelhante à utilizada em espaços exteriores.

4.1. Espaços Intermédios Como Lugares de Ocasão

Aldo Van Eyck, arquiteto que mostrou interesse e preocupação por uma arquitetura mais humanista, influenciado pelo pensamento de Martin Buber, que defendia que no *in-between* "está enraizado o facto de que um ser considera o outro, como claramente

distinto”¹³, considerava que os espaços desenhados pelos arquitetos deveriam ser pensados de forma a proporcionar relações entre as pessoas. Este autor também entende que o *in-between* consiste em harmonizar polaridades em conflito, materializando-se no lugar onde duas realidades contrárias/complementares encontram o equilíbrio.

*“(...) polaridades (tais como sujeito e objecto, realidade interior e exterior, pequeno e grande, aberto e fechado, parte e todo) são componentes distintos de duas metades complementares de uma mesma identidade(...)”*¹⁴

Os domínios público e privado sofrem de uma certa fragilidade, quando entre eles não existem elementos de transição adequados. Aldo Van Eyck confirma esta linha de pensamento, quando confronta a realidade de dois universos em colisão: o do interior da casa (privado) e o da rua (público). O individual de um lado e o coletivo do outro, sem nenhum outro tratamento na sua transição, à exceção de uma porta, com uma espessura mínima de 5 cm (por vezes menos espessa ainda) e 1,8m de altura, proporcionados por arquitetos “pobres de espirito”. Este elemento de dimensões mínimas não consegue, por si só, efetuar a transição de um mundo para o outro de forma eficiente, pois ao atravessar, o indivíduo sente-se dividido ao meio pela mudança radical de ambiente. Para que tal não aconteça, é necessário que o elemento de transição se desenvolva e se converta num espaço apropriável ao seu propósito.

*“É essa a realidade de uma porta? Possivelmente, a maior realidade de uma porta é o cenário localizado para um bonito gesto humano: entrada e partida de conscientes. (...) Uma porta é um lugar para um acto que é respeitado milhões de vezes entre a primeira entrada e a última saída.”*¹⁵

O autor apresenta o exemplo de uma porta, numa parede de pedra, pertencente a uma casa antiga. Devido à sua espessura, além de permitir a passagem entre zonas, dá origem a um novo espaço, que não pertence ao interior nem ao exterior, capaz de acolher diversas situações caso necessário. É um espaço coberto, ideal para abrigar uma pessoa, enquanto procura as chaves de casa, verificar o tempo antes de sair, despedir-se

¹³ Martin Buber citado em HARRISSON, Fiona. - *Not Nothing: Shades of Public Space*, em *Journal of Australian studies*, volume 27, 2003

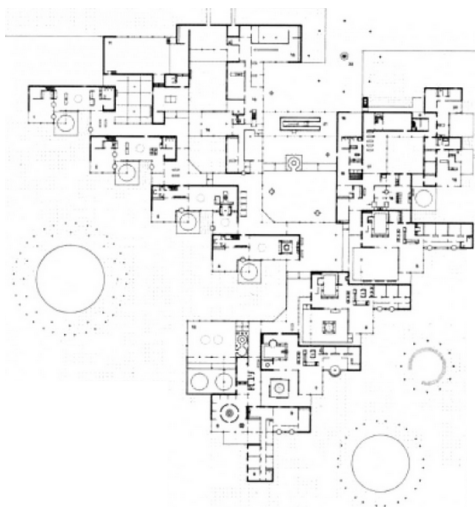
¹⁴ STRAUVEN, Francis – *Aldo van Eyck – Shaping the new reality: From the In-between to the Aesthetics of Number*, em CCA mellon lectures, Maio 2007, p. 16

¹⁵ Aldo Van Eyck citado em SMITHSON, Alison – *Team 10 Primer*, p.96

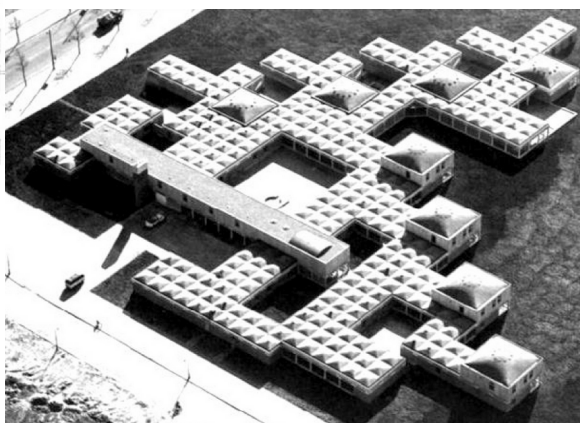
dos convidados à saída ou mesmo esperar para que lhe abram a porta.

No que respeita à transição e à conexão entre espaços com diferentes identidades, a soleira constitui a condição espacial para o diálogo e articulação entre ambos. A entrada de uma casa pode ser vista como o encontro entre o domínio público, a rua, e o domínio privado, o interior da habitação. Quando uma criança está sentada no degrau em frente à sua casa, está suficientemente longe dos seus pais para se sentir independente, mas também se sente segura, pois sabe que estão por perto. Cria-se uma dualidade devido à qualidade espacial que a soleira ocupa, uma posição entre dois mundos que se sobrepõem, em vez de estarem fortemente separados.

No desenho de *Amsterdam Orphanage* é possível reconhecer que não existe nenhum ponto central no trabalho do supracitado arquiteto. O edifício foi desenhado com uma fluidez tal que fez com que os diversos espaços do projeto não tivessem tido diferenciação de importância. Com diversas zonas projetadas para que houvesse contacto entre os utilizadores, foi pensado de forma não hierárquica, de modo a que existissem várias possibilidades de hierarquização entre todas as zonas.



(fig.23) Planta do Orfanato

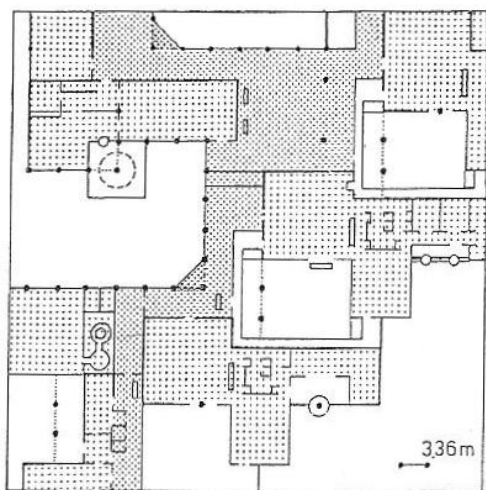


(fig.24) Maqueta do Orfanato

*"Faça de cada coisa um lugar, faça de cada casa e de cada cidade uma porção de lugares, pois uma casa é uma cidade minúscula e uma cidade é uma casa enorme."*¹⁶

¹⁶ Aldo Van Eyck citado em HERTZBERGER, Herman – *Lições de Arquitetura*, p.126

Ao estabelecer a relação entre cidade e edifício, Van Eyck assume os corredores e átrios do orfanato como ruas e praças, como se se tratasse de uma pequena cidade autónoma. Desta relação surge uma articulação de dimensões no interior e exterior do edifício, onde cada sítio recebe a dimensão que melhor se adequa à sua função. Assim, não só edifício e cidade adquirem um significado recíproco, como também acontece entre edifício e a mobília integrante do espaço, que faz com que o utilizador se sinta ainda mais integrado no ambiente onde se encontra.



(fig.25) Detalhe de planta do Orfanato



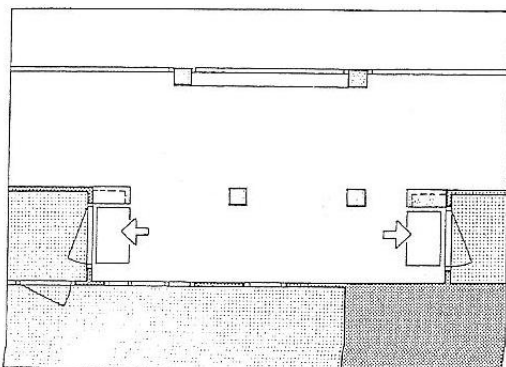
(fig.26) Detalhe de mobiliário construído

4.2. Espaços de Circulação como Ambiente Construído

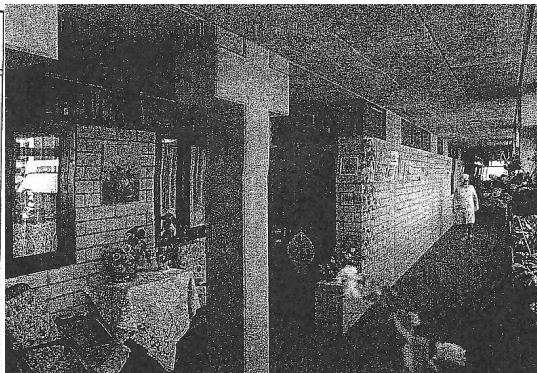
De forma a eliminar as fortes demarcações territoriais entre diferentes áreas, o conceito do intervalo é essencial na produção de zonas intermediárias, que sejam acessíveis tanto ao domínio público como ao domínio privado. Ao ser criado um espaço, sobranter ou não, este deve ter a capacidade de provocar reações específicas adequadas a inúmeras situações. O conceito do intervalo, segundo Herman Hertzberger, não é um espaço sobranter, mas um lugar de estar, de atividade e de convívio.

No lar para idosos *De Drien Hovan*, do mesmo autor, os corredores do edifício funcionam como ruas de uma cidade, ao longo de todas as unidades de habitação. Estas encontram-se agrupadas aos pares, onde cada par partilha uma área semelhante a um alpendre, que pertence simultaneamente às habitações e à "rua" de distribuição. Este espaço é apropriado pelos moradores para colocarem as suas coisas, decorarem com plantas, como se fizesse parte da sua casa. O conceito de rua de convivência parte do princípio que os indivíduos partilham alguma coisa em comum e visto que, neste caso,

os moradores partilham o mesmo espaço, o sentido de comunidade está presente em diversos aspetos do seu quotidiano.

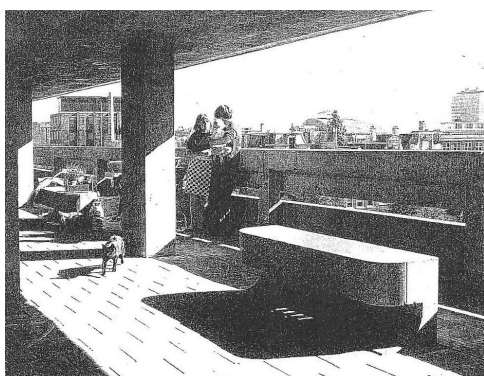
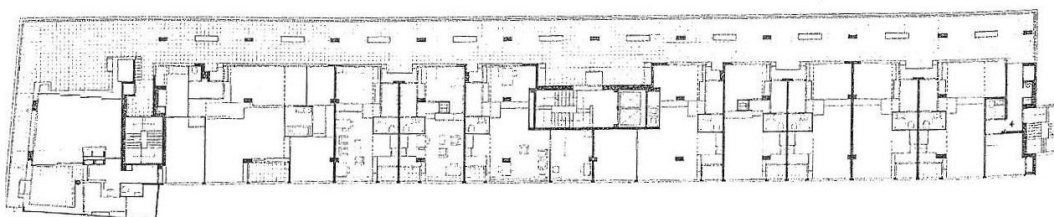


(fig.27) Planta de entrada para os apartamentos



(fig.28) Apropriação da zona de entrada dos apartamentos

No alojamento para estudantes em Weesperstraat, o corredor de distribuição no 4º andar, que se destina a estudantes casados, consiste numa rua-galeria, que pode ser interpretado como um modelo de rua de convivência sem trânsito automóvel e com vista para os telhados dos edifícios envolventes da cidade velha. Mesmo para crianças é um local seguro, pois podem estar a brincar na “rua” sem deixarem de estar sob a proteção dos pais. Esta rua é iluminada por blocos de betão com luz que se encontram rentes ao chão, de forma a não incomodar os restantes moradores. Embora a sua função principal seja a iluminação, são interpretados de outras formas pelos usuários, como bancos, superfícies de trabalho e mesmo como mesas de piquenique, quando o tempo o permite.



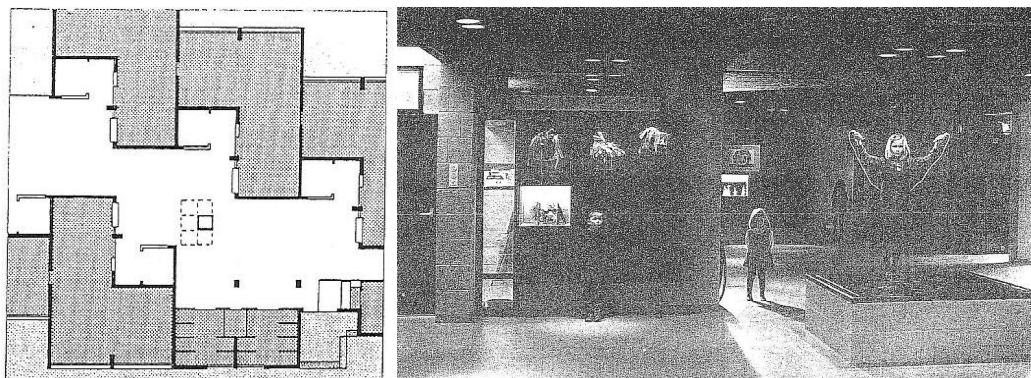
(fig.29) (cima)

Planta do edifício de alojamento de estudantes.
Weesperstraat

(fig.30) (baixo)

Apropriação da galeria como rua de conveniência

O ponto central da Escola Montessori, em Delft, é um pódio de tijolos que é utilizado tanto para encontros formais como para reuniões espontâneas. É uma peça articuladora do espaço, que permite várias interpretações, dando aso à possibilidade de se realizarem uma variedade de atividades.



(fig.31) Detalhe da planta da Escola Montessori (fig.32) Pódio de tijolos da Escola Montessori

4.3. Preservação da Privacidade

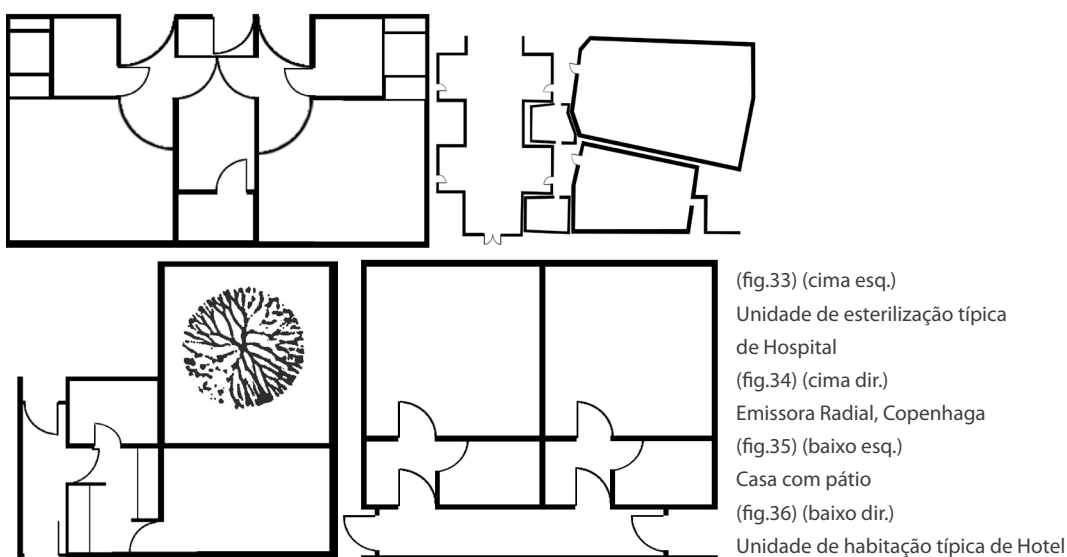
Em oposição aos espaços intermédios defendidos por Van Eyck, que têm como principal objetivo permitir a coexistência das diferentes realidades que lhes são circundantes, Christopher Alexander e Serge Chermayeff, em *Comunidad y Privacidad*, defendem que na atualidade são necessários espaços que tenham como finalidade a preservação da privacidade e da identidade de cada espaço. Na sociedade atual, o equilíbrio da vida contemporânea tem vindo a sofrer alterações negativas, derivadas da utilização das novas tecnologias combinadas com a má gestão do espaço urbano e arquitetónico. Neste sentido, os autores apresentam os espaços de transição como ideais para o controlo dos diversos ambientes a que o ser humano se encontra exposto, originando uma separação harmoniosa entre público e privado. Atualmente, a forma da casa não proporciona respostas para este tipo de problemas.

O ambiente doméstico encontra-se desprovido de um nível de privacidade adequado devido ao ruído e intromissões provenientes do ambiente exterior. O indivíduo necessita de barreiras que o protejam do barulho e das ameaças não só do espaço público, mas também contra de dentro da própria casa, provocado pelos outros membros da família. Já a família necessita de se proteger das intrusões dos seus vizinhos.

Os autores defendem que a integridade de cada espaço e domínio deve ser preservado através de espaços “válvula” e zonas de isolamento, assim como os objetivos sociais, visuais, acústicos e, por fim, climáticos e técnicos. Com efeito, os pontos de transição, por muitos considerados secundários, surgem apresentados como elementos

fulcrais da arquitetura, constituindo entidades vitais adequadas a um universo mecanizado e ruidoso.

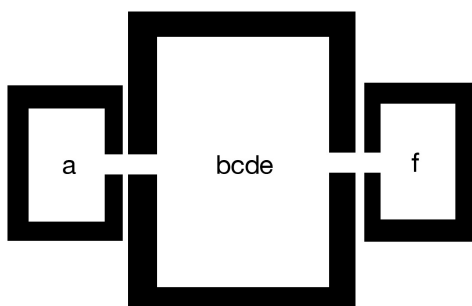
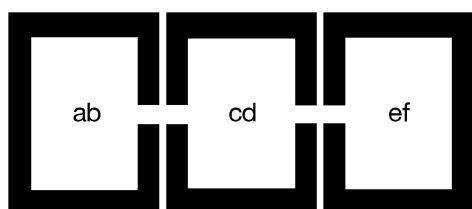
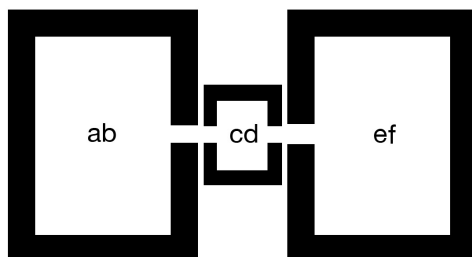
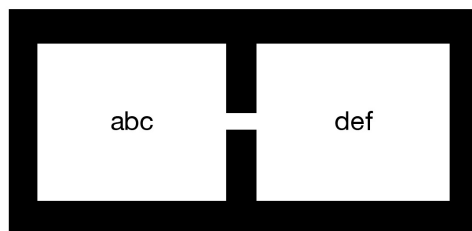
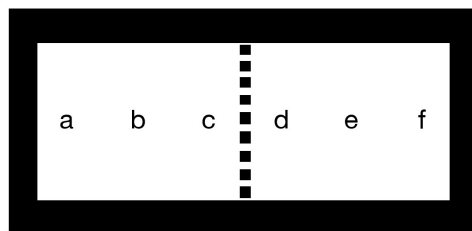
“A condição de que a integridade de cada um dos domínios adjacentes deve ser preservada em todo o momento, apesar do trânsito que tem lugar entre eles, evoca de imediato a imagem familiar da válvula que separa os níveis de água distintos ou da válvula que permite a passagem onde a pressão do ar é diferente”¹⁷



A utilização de espaços “válvula” não é novidade. Nos hospitais, por exemplo, as áreas contaminadas e as áreas esterilizadas encontram-se separadas, tal como nos blocos operatórios, através de salas de desinfecção, por onde todo o pessoal médico pode passar. No desenho de hotéis modernos, a zona de dormir é protegida acusticamente dos distúrbios do corredor, através da casa de banho e de uma zona de entrada. É utilizado o mesmo conceito nos estúdios da Emissora Radial, em Copenhaga, onde as zonas de produção são protegidas do ruído através de espaços de isolamento acústico.

A forma mais eficaz para desempenhar o papel de barreira é o muro, ou seja, a parede que proporciona o elemento de segurança, pois funciona como proteção visual e acústica. Em todos os casos descritos, a zona da válvula surge como uma passagem, ou seja, como um elemento secundário, no entanto, para Alexander e Chermayeff o espaço da válvula tem a capacidade e pode, eventualmente, ser tão importante como uma qualquer outra zona de atividade principal.

¹⁷ ALEXANDER, Christopher, CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y Privacidad*, p. 271



(fig.37)
A válvula como articulação
de ambientes

4.4. Hierarquização da Transição: A Porta, a Soleira e a Entrada

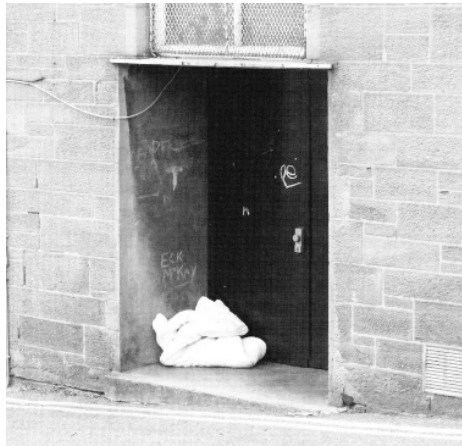
Na questão da transição, a privacidade e o controlo de acessibilidades devem estar asseguradas, surgindo as entradas como elementos estruturantes. As portas podem estar associadas aos espaços intermédios e aos espaços “válvula”, mas podem, também, aparecer como elementos de transição, devendo, em todos os casos, adaptarem-se ao nível de transição, pelo qual são responsáveis. Em termos de materialidade, por exemplo, quando se pretende isolamento visual, a porta deve ser opaca e, quando se pretende maior nível de fluidez entre os dois espaços, pode surgir transparente. As igrejas e edifícios de culto utilizaram a porta, como elemento de transição, através da escala monumental, com o Arco do Triunfo, separando o interior-exterior, público-privado e sagrado-profano

No Templo de Apolo, em Didyma, a soleira da porta central foi colocada 1,46m acima do nível do chão, sem quaisquer degraus, impedindo a entrada, visto que esta porta, pensada desta forma, não foi feita para passar. A enorme porta do templo marcava a entrada para o divino e a entrada para o templo era feita por dois túneis descendentes, situados um de cada lado da porta central. As entradas laterais do templo evocavam um certo ar de mistério. O mesmo acontece no Pavilhão de Portugal, do arquiteto Álvaro Siza Vieira. Desta forma é utilizada a escala para diferenciar os Homens dos Deuses, a escala humana da escala monumental.

Além disto, é possível reconhecer atos e gestos, dos mais simples, que fazem parte da vida quotidiana, que ocorrem no espaço envolvente do vão da porta. O encontro de fumadores, as senhoras ajeitando o lenço antes de entrar na igreja, o lugar para passar uma noite calma de verão à conversa com o amigo ou vizinho e o sítio eleito por músicos de rua para se exibirem, entre outras. O vão da porta é, então, um simples elemento responsável por uma enorme quantidade de interações e contactos sociais.

“Uma porta é um lugar feito para uma ocasião”¹⁸

¹⁸ Aldo Van Eyck citado em SMITHSON, Alison – *Team 10 Primer*, Londres, MIT press, 1974, p96



(fig.38) (cima)

(fig.39) (centro)

(fig.40) (baixo)

Várias actividades que tomam
lugar na soleira da porta

5. PROJECTO DE UM COMPLEXO DE GASTRONOMIA E SAÚDE

5.1. Contexto e Localização

Ao longo do tempo os conventos promoveram a fixação de população, sendo foco da vida religiosa e civil. Estes edifícios tiveram um importante papel na criação de cultura e no apoio à sociedade, funcionando como polos estruturadores da cidade, visto que também serviam como hospitais ou como instituições de ensino.

A Colina de Sant'Ana, localizada no coração de Lisboa, constitui o maior e mais importante conjunto de património hospitalar de Portugal. No século XIX, com a extinção dos conventos, muitos deles foram transformados em hospitais, como o Hospital de Santa Marta, Arroios, Desterro, Capuchos e Miguel Bombarda, desde então, a mencionada colina concentra muitas atividades ligadas à saúde, principalmente junto às avenidas principais. O ensino de medicina em Lisboa teve origem na colina, com a criação da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, que se instalou nos hospitais de São José e de Santa Marta.

Atualmente, os conventos em Lisboa encontram-se inseridos em locais já muito alterados, quando comparados com a altura em que foram construídos, ou seja, o enquadramento onde estes edifícios se veem inseridos é diferente. Com o crescimento urbano foram desenvolvidas novas centralidades, que negligenciaram algumas destes conjuntos do património arquitetónico

Dependente do estilo arquitetónico ou época construtiva, a sua geometria era semelhante devido à necessidade de responder às exigências da vida religiosa, onde dominava o sentido de comunidade. Com a sua desativação foram redefinidos para responderem a questões hospitalares e, agora, com a desativação dos hospitais surge a necessidade de redefinir a conceção do espaço, visto que já não tem de dar resposta a essas mesmas questões.



(fig.41) Localização do projeto

5.2. O Antigo Convento de Santa Marta

Ao intervir num objeto classificado como património, como o antigo Convento de Santa Marta, torna-se indispensável conhecer a sua história.

Antes de ser transformado em convento, foi fundado como asilo de Santa Marta, em 1576, local de recolhimento de órfãs e viúvas de serviçais falecidos, vitimados pela peste. D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa, autorizou a conversão do asilo em convento, sendo fundado o Convento de Santa Marta, em 1583, por três religiosas de Santa Clara de Santarém.

A construção da igreja e do convento (cozinha, refeitório e capela-mor) é iniciada em 1587 sob o projeto de Nicolau Frias. Em 1612, a capela-mor, a nave, o coro-baixo e algumas dependências conventuais (sacristia, lavatórios, roda dos enjeitados, refeitório, entre outras), foram restaurados com o projeto de Pedro Nunes Tinoco. A conclusão das obras da igreja só acontece em 1636. Já em 1668, é acrescentada uma zona habitacional ao espaço do convento.

Entre 1650 e 1675 decorre a construção do Palácio dos Condes de Redondo, onde, mais tarde, é aberta uma tribuna na igreja para o palácio para que D. Catarina pudesse assistir à missa. A tribuna foi fechada após o palácio deixar de ser habitado.

Com a expulsão das ordens religiosas de Portugal, o estado toma posse do Convento em 1834 e este é transformado em hospital improvisado, em 1890, consequência de uma epidemia de gripe. No início do século XX, o convento foi anexado ao Hospital de S. José e foram construídos, no espaço da cerca conventual, um bloco operatório constituído por dois pavilhões, onde foi integrada uma fonte pertencente à cerca. Foram ainda restaurados o claustro e o espaço verde do mesmo.

O conjunto foi várias vezes ajustado para responder a necessidades médicas: foi adaptado para o tratamento de doenças venéreas e para os Serviços de Cardiologia e Cirurgia Córdio-torácia. Posteriormente é reintegrado nos Hospitais Cíveis de Lisboa e, em 1918, passa para posse da Faculdade de Medicina de Lisboa.

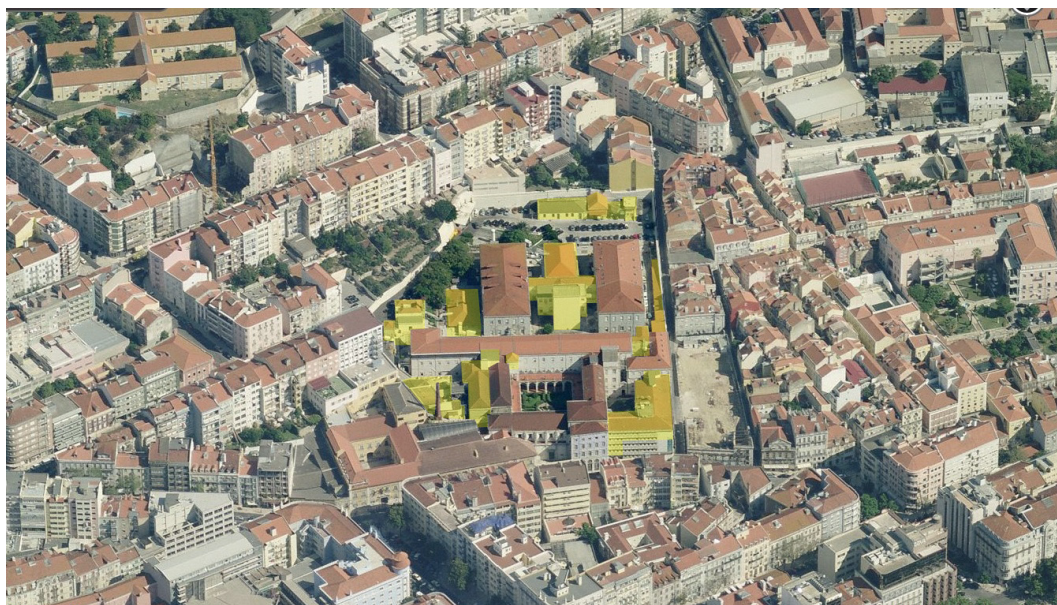
O espaço da igreja é cedido ao Hospital de Santa Marta em 1927, sem objetivo de culto (exceto o coro-baixo que é transformado numa pequena capela), passando a nave a servir de economato.

O conjunto, igreja e convento, são classificados como Monumento Nacional em 1946. Em 1983 foi construído um edifício, virado para a Rua de Santa Marta, destinado a consulta externas e a serviços administrativos.

5.3. Conteúdos e Relações Programáticas

O projeto consiste num Complexo de Gastronomia e Saúde e os conteúdos são concebidos tendo em conta as várias alterações que o conjunto sofreu ao longo do tempo. Consequentemente, o programa adequa-se ao convento, através das funções relacionadas com a gastronomia, na medida em que o refeitório tinha grande importância na vida conventual; e ao hospital, através das funções ligadas à área da saúde, que são propostas para os blocos preservados.

O espaço da cerca apresenta-se com grande potencial, portanto é proposta a demolição dos anexos que apareceram com a construção do Hospital de Santa Marta, de modo a libertar espaço para zonas verdes e recreativas. É também demolida parte do edifício que se encontra na Rua de Santa Marta, anteriormente destinado a consultas externas, para a criação de uma zona de transição de melhor qualidade entre a cidade e o conjunto.



(fig.42) Esquema de demolições

O processo de reabilitação não pode ser encarado como uma simples reutilização funcional, pois esta situação pode dar origem a escolhas irreversíveis na valorização do património. Devido ao carácter especial da igreja e da sala do capítulo (sala onde as freiras se reuniam), tratando-se de património religioso, é objetivo que a sua reutilização não dê origem a uma perda de identidade dos espaços. Posto isto, é proposto que estas áreas sejam tratadas como zonas polivalentes, sem um desenho que comprometa o espaço, como projetos de mobiliário e de organização espacial.

No projeto do Complexo de Gastronomia e Saúde, é proposta uma cantina para o espaço, onde antigamente se encontrava o refeitório. A este, antecedia-lhe uma antecâmara onde se lavavam as mãos, ato de especial importância, pois a água tinha um sentido de purificação.

A entrada principal situa-se na antiga portaria, onde eram colocadas esmolas e oferendas. Este espaço funciona como um elemento que equilibra a passagem da rua para o interior do edifício, suavizando a mudança de ambientes.

O piso superior é dedicado à aprendizagem e é dotado de salas de aula, salas de conferências e de uma biblioteca, localizada por cima da antiga sala do capítulo (antiga biblioteca na altura do hospital escolar).

A zona onde o edifício se localiza já é dotada de tipologias habitacionais tradicionais e muitos dos edifícios, com esta função, se encontram vazios ou em mau estado, propõe-se a reabilitação destas edificações para habitação permanente, enquanto para o Convento de Santa Marta são propostas habitações temporárias. As habitações temporárias são destinadas a indivíduos que venham fazer tratamentos, que estejam a participar em alguma formação ou congresso e a ter aulas. Também poderão servir para turistas.

A cerca desempenhava um papel muito importante na vida do convento, não só em termos económicos, mas também era responsável pela realização vocacional das clarissas. Estando enclausuradas, o seu estilo de vida era contemplativo, de oração e trabalho, para que o convento fosse autossustentável. A cerca tinha uma componente produtiva e uma componente lúdica, pois as clarissas tinham “um amor genuíno por tudo o que mexe”. De forma a retomar um pouco dessa ideia, são propostas zonas hortícolas, situadas onde antigamente se encontravam as hortas do convento, (de forma a darem apoio às novas formações que decorrem no complexo), e zonas de jardim que permitam a permanência no lugar e a contemplação.

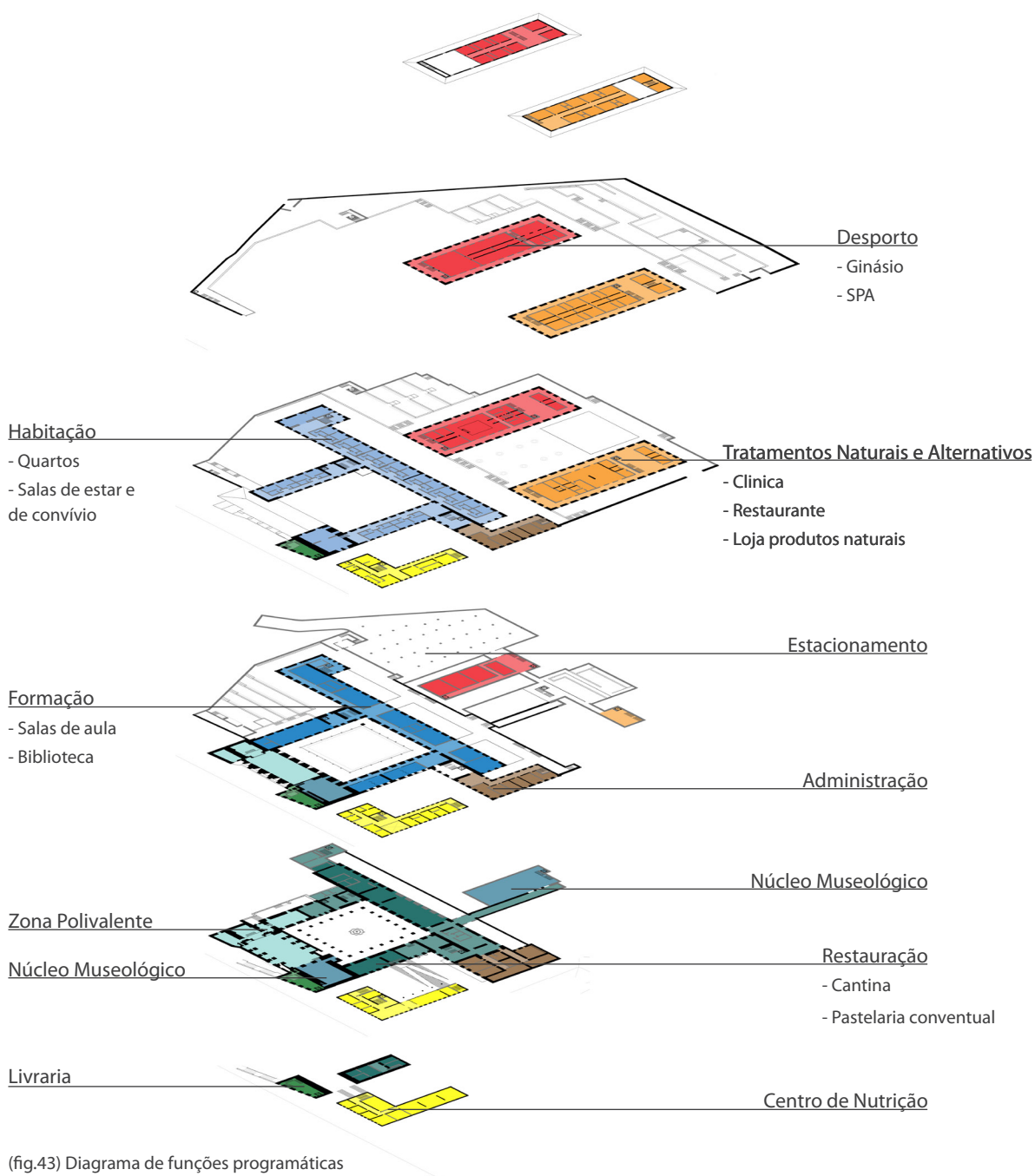
Um dos objetivos do trabalho é a preservação da memória do conjunto. Para isso, além do cuidado com a escolha do programa, são propostos espaços de exposição que divulguem a história do antigo convento e do Hospital de Santa Marta, reconhecendo o património religioso e o património hospitalar de Lisboa.

Da construção que veio com o Hospital de Santa Marta, preservou-se o bloco operatório, constituído por dois pavilhões, situados por trás do convento. Para um dos pavilhões é proposto um programa de ginásio e SPA e para o outro é proposto uma clínica de tratamentos alternativos e naturais, que surge como um complemento à medicina moderna, pois a procura deste tipo de resposta tem aumentado. As funções foram escolhidas para que ambos os edifícios continuassem ligados à área da saúde,

também de uma perspetiva preventiva.

Para o edifício anteriormente destinado a consultas externas e a serviços de administração, localizado na Rua de Santa Marta, é proposto um Centro de Nutrição, cuja finalidade é conjugar alimentação e saúde.

Com base na dimensão do complexo e na quantidade de funções programáticas, o edifício anteriormente conhecido como “Edifício da Santa”, é reutilizado para acomodar serviços administrativos e de gestão.



(fig.43) Diagrama de funções programáticas

5.4. Espaços Exteriores da Cerca

5.4.1. Zonas de Produção

As zonas destinadas à produção hortícola encontram-se na área norte da cerca, antiga localização das hortas do convento, e têm como objetivo servirem de apoio às atividades que decorrem no complexo. Deste modo, são pensadas de maneira a poderem apoiar as aulas sobre cuidados de jardinagem e produção agrícola e sobre tratamento de plantas para produtos naturais. Os produtos produzidos destinam-se às aulas de gastronomia e às zonas de restauração do complexo. As hortas encontram-se organizadas em socalcos, estando intercaladas com um sistema de canais e depósitos de água, de modo a facilitar a manutenção do horto e a conferir um ambiente de maior qualidade ao espaço. Nos limites da área de cultivo, são plantadas árvores de fruto.

Além do referido, entre os edifícios destinados ao ginásio/ SPA e à clínica de tratamentos alternativos e naturais, é proposto um pequeno jardim destinado ao cultivo de plantas aromáticas e medicinais. O ambiente e o caráter deste espaço resultam, em grande parte, dos aromas, daí tratar-se de uma zona mais baixa e cercada por muros, pois estes têm de ser contidos. Este, para além de ser um espaço onde o que é produzido é utilizado para as funções programáticas do complexo, funciona também como zona de estadia, se tal for desejado. Entre os mesmos edifícios encontra-se uma zona de pomar.



(fig. 44) (cima)
Corte pelas zonas de produção
(fig. 45) (baixo)
Pomar

5.4.2. Zonas Lúdicas

Junto ao limite da cerca, por trás dos blocos “gémeos”, encontram-se as zonas de lazer do conjunto. O jardim é proposto de forma a libertar o espaço, que se encontrava muito densificado, com a finalidade de criar zonas públicas exteriores, podendo proporcionar aos habitantes da cidade um espaço de lazer e de contemplação das coisas mais simples, como os cheiros, as sombras, o barulho da folhagem das árvores e o apaziguador som da água. Estes elementos conseguem deslumbrar qualquer visitante.

Todo o espaço encontra-se dotado de elementos de repouso e de sombreamento, permitindo aos utilizadores poderem escolher o ambiente onde querem permanecer. Além dos assentos projetados junto aos diversos muros, evocando o conceito de efeito de bordo, de Edward T. Hall, os muros dos canais e dos depósitos de água também oferecem a oportunidade de sentar.

Apesar de o jardim ser a área destinada a uma maior permanência e estadia, as zonas do horto e do jardim aromático também se encontram equipadas com dispositivos de repouso, onde, tal como acontece na zona verde de maior dimensão, os referidos muros dos canais de distribuição de água exercem a função de bancos.



(fig. 46) (dir.) Zona de jardim



(fig. 47) (esq.) Espaço de estadia

5.4.3 A Água

A água, além de ser um elemento natural, fonte essencial para a vida, é muito utilizada na prática da arquitetura e do urbanismo, funcionando como articulador entre a natureza e a criação humana. Constitui-se como uma componente que tem “fascinantes propriedades (...). A imobilidade em repouso, a agitação por forças extremas - vento, gravidade, atracção da lua. A mudança de cor com a envolvente e a tonalidade das partículas em suspensão. A capacidade de diluir e desfazer. De reflexão em espelho imóvel até à maior opacidade. Profunda e misteriosa, leve e transparente”

Trata-se de um elemento que marca presença em todo o espaço exterior do projeto, quer seja de produção, quer de lazer. É pensada para o espaço, não só através de uma perspetiva funcional, de tratamento do terreno, mas também como componente responsável para enriquecer a experiência do espaço público. Apresenta-se aos utilizadores em depósitos de água e canais de distribuição, associada a zona de estadia e de percurso, sendo visual e auditivamente agradável e atrativa a quem se desloca e vagueia por entre o espaço.

No edifício conventual aparece devido à fonte, elemento de grande importância que existe no centro do claustro. A fonte é, em parte, responsável pelo ambiente desta zona, pois o som, que se ouve, constantemente, surge pela presença da água. A vegetação proposta tem como objetivo conferir ao lugar uma qualidade estética e perfumá-lo, atraindo as aves que lhe conferem ruídos agradáveis.



(fig. 48)

Diagrama do desenho da água no projeto



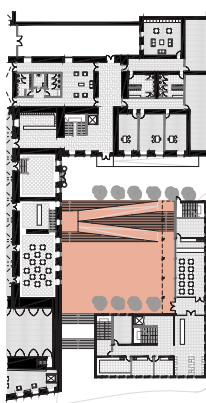
(fig. 49) (cima)
Fonte do claustro
(fig. 50) (baixo)
Fonte que pertenceu ao espaço da cerca

5.5. Espaços de Transição

5.5.1. Entrada no Complexo

O espaço público, entre o proposto Centro de Nutrição, na Rua de Santa Marta, e o antigo convento, é responsável pela transição entre a rua e o edifício, funcionando como elemento de articulação entre a cidade e o conjunto.

É proposta uma zona pública para esta área, visto que, ao se passar da escala da cidade para o espaço característico do edifício conventual, torna-se necessário criar um elemento capaz de preservar a identidade e o ambiente do espaço. Aqui, o espaço público surge tanto como um meio de proporcionar um ambiente de estadia e de qualificar a cidade, como um elemento de equilíbrio entre as realidades do espaço do convento e da rua, amenizando a passagem entre diferentes domínios.



(fig. 51) (esq.)

Espaço público de entrada no edifício

(fig. 52) (dir.)

Planta do espaço de entrada

5.5.2. Relação Entre Edifício e Jardim

O acesso à zona do jardim, a partir do edifício, não é direta, pois o percurso é marcado pelo atravessamento de vários espaços até à chegada ao exterior. O percurso revela uma sucessão de imagens referentes às áreas exteriores que o enriquecem, revelando, aos poucos, o destino aos utilizadores. Ao fundo da rampa, que parte do claustro, é avistada uma fonte, evocando a relação com a rua, devido à presença de água. Atravessando as arcadas adjacentes à fonte, entra-se numa sala de exposições, de onde é possível avistar, através de claraboias, as copas das árvores do pomar. À saída encontra-se um pequeno jardim destinado ao cultivo de plantas aromáticas que possibilita a passagem para as zonas de verdes de maiores dimensões: o pomar e para o jardim principal junto à cerca.



O percurso surge como elemento suavizante para a passagem entre o claustro e o jardim, assim o ato de deslocamento permite a exposição a vários acontecimentos, fazendo com que este processo não seja realizado de forma violenta.

5.5.3. Claustro

Representação simbólica do paraíso, o claustro representa a foz onde desaguam os sete rios do Paraíso. É a zona de repouso para onde os utilizadores se deslocam quando não estão a realizar as tarefas que têm lugar nos espaços do antigo convento. Tem um caráter específico e próprio, visto que, devido aos seus aspetos, não só morfológicos, mas também sensoriais, pode articular e relacionar as diversas áreas e atividades que se desenrolam à sua volta. É, desta forma, responsável pelo sentido de comunidade que o espaço transmite, além de controlar a intensidade da luz, de criar de zonas de repouso pontuais e abrigar entradas. Tal acontece devido ao facto de se situar no rés-do-chão, onde se desenrolam os atos mais públicos e comunitários, pois é o piso onde o nível de privacidade é mais baixo. Além do referido, é o primeiro espaço onde os indivíduos estão após entrarem no edifício conventual, atribuindo-lhe grande importância.

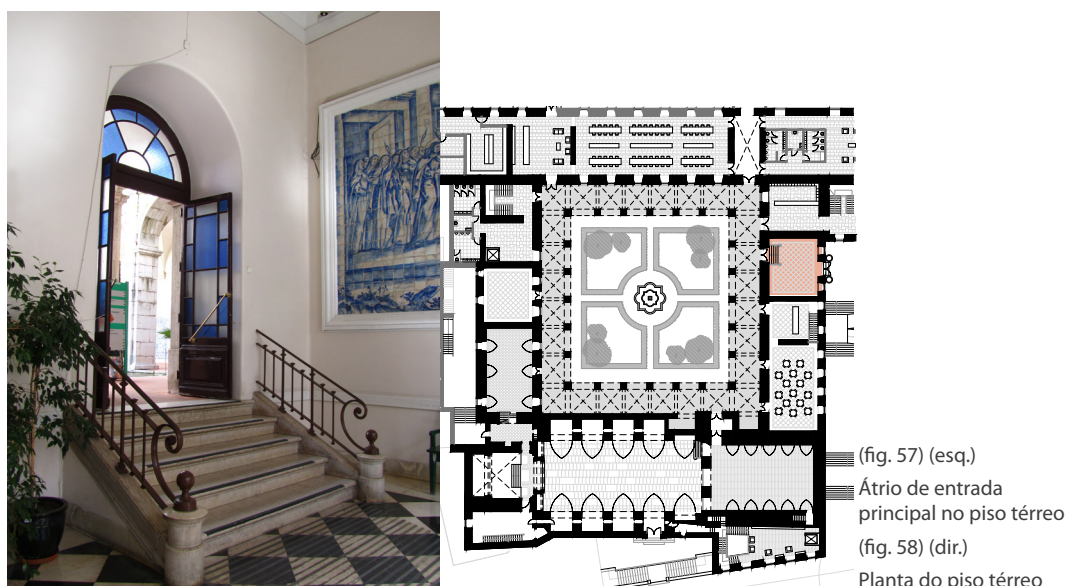


(fig. 55) (esq.) (fig. 56) (dir.) Claustro do Hospital de Santa Marta

5.5.4. Átrios

Em resposta à questão da articulação dos vários espaços do edifício com as zonas exteriores e com os dispositivos de distribuição, galerias, caixas de escadas e elevadores, os átrios surgem no projeto como elementos estruturantes. Funcionam como zona de entrada, organizam os vários tipos de funções dentro do edifício e podem, ainda, operar como áreas polivalentes, de encontro e repouso.

O átrio da entrada principal do convento, no piso térreo, surge como uma antecâmara entre a zona mais pública e movimentada e o claustro. Este é o primeiro espaço de entrada que se encontra e constitui uma espécie de válvula que regula a transição entre o ambiente da rua, mais movimentado, e o ambiente calmo e tranquilo do interior.

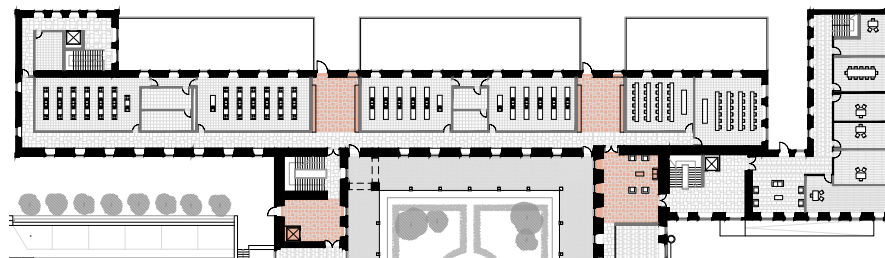


A igreja do antigo convento situa-se na Rua de Santa Marta. Aqui, o átrio da igreja desempenha um papel de grande importância no que respeita à entrada. Antes de se chegar ao edifício são atravessados diversos elementos, que funcionam como barreiras que separam a rua da igreja: o portão ao nível da rua, as escadas para se chegar ao patamar superior e a zona envolvente da porta. Este espaço apresenta-se como um lugar de espera e de pausa que antecede o momento de entrada no interior do edifício, capaz de controlar o equilíbrio entre universos opostos. Mesmo no interior da igreja, para se chegar à nave central, é necessário atravessar uma pequena área que sucede o vão da porta.



(fig. 59) Átrio da igreja na Rua de Santa Marta

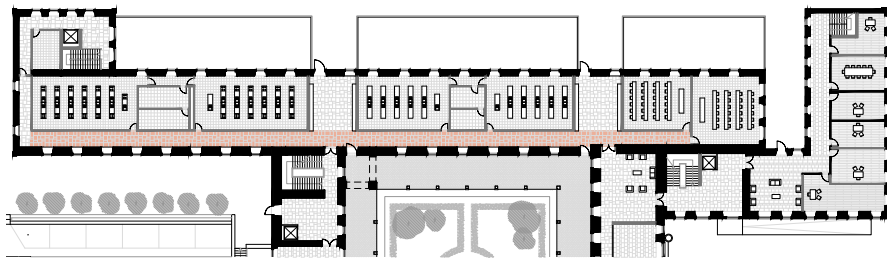
Os átrios do primeiro piso, destinado à formação, separam os diferentes tipos de funções e operam como zonas intermédias entre o espaço exterior e as galerias e caixas de escadas. Desta forma, funcionam como filtro entre o domínio da rua e o domínio interior. O tipo de pavimento escolhido, em pedra, semelhante ao elegido para o pavimento exterior, tem o objetivo de suscitar relações com o espaço público, dando origem, apesar se de tratar de um elemento interior, a uma ideia de continuidade.



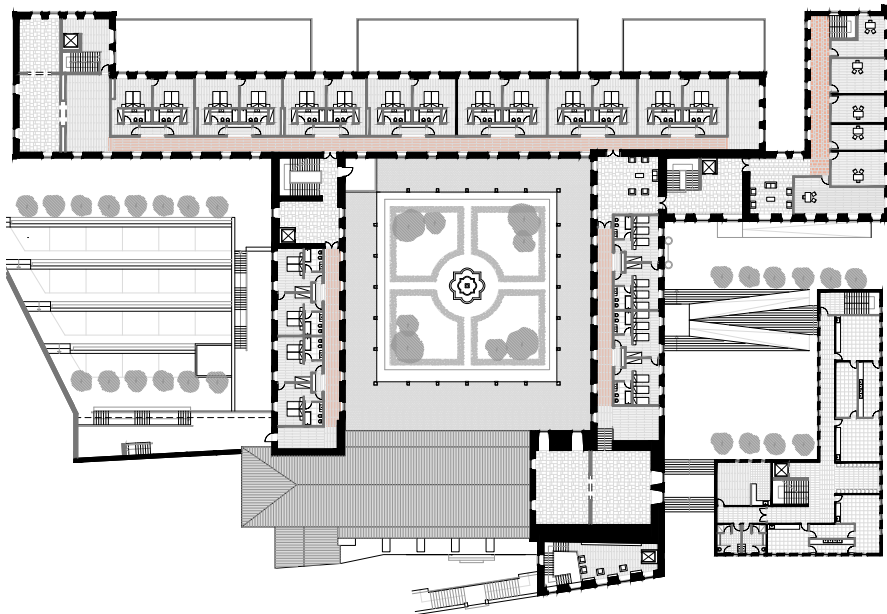
(fig. 60) Átrios do piso 1 (cota 42.60)

5.5.5. Galerias

As galerias interiores do complexo oferecem, ao utilizador, lugares de estadia, funcionando como mais do que um elemento de distribuição. Para as janelas são propostos elementos de repouso que exercem a função de assento. Com esta configuração pretende-se atribuir ao espaço um ambiente agradável e atrativo que se relacione com o conceito de rua de convivência, onde os utilizadores podem parar e fazer uma pausa junto às janelas do convento, contemplando a vista do claustro ou o espaço público, onde têm acesso a objetos de assento. O mesmo acontece no piso superior, onde se localizam as habitações.



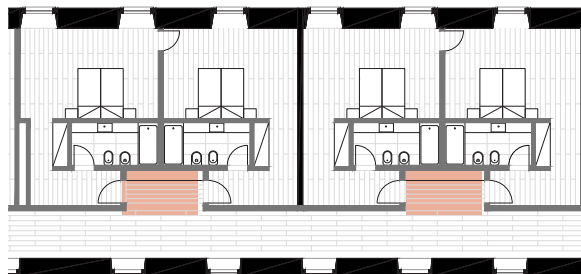
(fig. 61) Galeria do piso 1 (cota 42.60)



(fig. 62) Galerias do piso 2 (cota 47.20)

5.5.6. Entrada das Habitações

Às habitações, no piso superior do complexo, antecede um espaço de entrada deslocado da galeria principal. A criação de uma área de entrada, que vai além do corredor principal, tem como objetivo produzir um espaço mais recolhido e protegido, que, ao ser mais reentrante, pertence tanto à respetiva habitação privada como à galeria pública. A zona envolvente da porta dá lugar aos gestos mais simples da vida quotidiana, atuando como lugar de paragem, onde as pessoas pousam as malas, param à procura das chaves da porta e despedem-se de alguém. Também serve como zona de estadia, quando conjugada com os assentos propostos para as janelas da galeria de distribuição. Este espaço de antecâmara regula a passagem do corredor, onde há um maior trânsito, para o interior da habitação, que é um espaço privado e com diferentes características.



(fig. 63) (cima)
Detalhe da planta dos quartos
(fig. 64) (baixo)
Piso destinado a habitações temporárias

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a fundamentação teórica apresentada foi possível obter uma visão mais abrangente ao tema do coletivo, através da análise do estímulo da coesão social, de modo a concretizar uma base para a realização de um projeto de arquitetura.

A sociedade encontra-se perante uma realidade marcada pela crescente valorização do anonimato, provocando profundas alterações a nível social. Esta situação reflete-se na cidade pela negativa, pois o conceito do anonimato anula o conceito do espaço público. Com isto, a urbe é alvo de uma desqualificação, pois as zonas públicas constituem o lugar onde a vida da cidade se deveria afirmar.

Assim, torna-se necessária a criação de dispositivos capazes de enriquecer as atividades e as experiências sociais. O desenho do espaço deveria ter em conta diversos tipos de acontecimentos, visto que o ambiente é uma componente importante nas várias ações presentes na vida humana. O ato de caminhar, por exemplo, surge como um ato de valor, pois o ambiente durante a deslocação, ou seja, no percurso, afeta diretamente, de modo físico e sensorial, o indivíduo. O mesmo acontece com as zonas de estadia, onde as sensações provocadas nos utilizadores são a principal razão pela sua decisão de permanecer em determinado espaço, ou mesmo pela decisão de se deslocarem para lá. Consequentemente, a cidade torna-se um ato de vontade, funcionando como um organismo, onde tudo se encontra relacionado.

Ao falar do ambiente do espaço público surge, naturalmente, a referência aos elementos naturais. São, entre outros, responsáveis pelo tipo de atmosfera atribuída: exposição ao sol, sombra, cor, ruído, atração de vida animal, cheiros e proteção do vento. Após uma análise da resposta das pessoas aos vários elementos do espaço público, conclui-se que estas preferem as zonas onde estejam presentes elementos naturais, como a vegetação ou a água.

Na resposta ao incentivo do intercâmbio social, os espaços de transição mostram-se capazes de satisfazer determinadas condições à sua realização. O desenho da transição surge como meio para criar atmosferas adequadas à passagem entre as funções com as quais se encontram relacionadas: galerias de apartamentos como lugares de convivência, a zona envolvente da porta como local de atividade, antecâmaras como válvulas de proteção do espaço e zonas intermédias como lugares de encontro e convívio. Como consequência, o sítio da transição torna-se um elemento fulcral na articulação entre espaços, especialmente naqueles com caracteres distintos, permitindo a sua coexistência, ao mesmo tempo que tem a capacidade de estimular o contacto

com o outro.

Com o projeto de arquitetura pretendeu-se dar resposta aos temas desenvolvidos na fundamentação teórica. O objeto do trabalho é o antigo convento/ atual Hospital de Santa Marta, que tem na sua génese o sentido de coletivo e de comunidade e encontra-se, neste momento, desajustado de todas as suas potencialidades. De facto, o edifício conventual já é dotado de algumas zonas, onde este sentido se encontra explícito, como claustro no centro do edifício. Do mesmo modo, o átrio da entrada para a igreja funciona como um elemento articulador entre a cidade e o interior do espaço, controlando a passagem entre ambos.

Deste modo, torna-se fundamental devolver ao espaço essas características. Após o desenho do espaço público, chegou-se à conclusão que ambas as áreas, de produção e de lazer, podiam funcionar com zonas de convívio, de encontro e estadia, visto que podem responder a várias questões, pois têm a polivalência necessária para que aconteçam diversos tipos de apropriação por parte do público.

Em suma, é legítimo afirmar que ambas as zonas de espaço público e as zonas responsáveis pela transição, muitas vezes consideradas como secundárias, são componentes essenciais no tema do coletivo, no que diz respeito ao encontro e à interação com o outro.

Com toda a zona do antigo convento como objeto de trabalho, concluiu-se que a intervenção em estruturas pré-existentes, especialmente, classificadas como património, deveria ser levada com cuidado, pois qualquer decisão pode comprometer o seu valor. Este tipo de edifícios são um marco da história da cidade, que sofreram várias alterações ao longo do tempo, têm uma identidade própria e o seu carácter e a sua memória devem ser preservados. Desta forma, as melhores decisões, a nível de projeto, seriam aquelas que, de alguma forma, tivessem base no passado. O “resgate” destes elementos permite não só avivar a memória do edificado, como também criar novas atividades para a sociedade atual.

7. BIBLIOGRAFIA

Monografias

- AFONSO, Graziela e SOUTO, Eduardo Souto de – *Santa Maria do Bouro – Construir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro*. Lisboa: White & Blue, 2001.
- ALEXANDER, Christopher e CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y Privacidad – Hacia una Nueva Arquitectura Humanista*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1970.
- BACON, Edmund – *Design of Cities*, Londres: Thames and Hudson, 1982.
- CULLEN, Gordon – *El Paisaje Urbano: Tratad de Estética Urbística*, Barcelona: Blume, 1977.
- FREITAG, Michael – *Arquitetura e Sociedade*, Lisboa: Dom Quixote, 2007.
- GEHL, Jan – *La humanización del espacio urbano*, Barcelona: Editorial Reverté, Barcelona, 2006.
- GIEDION, Sigfried – *Arquitetura e Comunidade*, Lisboa: Livros do Brasil, 1955.
- HERTZBERGER, Herman – *Lições de Arquitetura*, São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- KRIER, Rob – *El Espacio Urbano: Proyectos de Stuttgart*, Barcelona: Gustavo Gili, 1981.
- LAMAS, José – *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007.
- LEFÈBVRE, Henry – *The Production of Space*, Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1991.
- LEFÈBVRE, Henry – *Direito à Cidade*, São Paulo: Centauro Editora, 2009.
- MARTIENSSEN, Rex D.- *La Idea del Espacio en la Arquitectura Griega*, Buenos Aires: Nueva Visión, 1958.
- POLLITT, Jerome Jordan – *Art in the Hellenistic Age*, Cambridge: University Press, 1986.
- SARAIVA, José - *Documentos da Fundação do Convento de Santa Marta de Jesus em Lisboa*, Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1948.
- SCHULZ, Norberg – *Genius Loci*, Edinburgh College of Art Library, Rizzoli.

- SCULLY, Vincent Joseph – *The Earth, the Temple and the Gods: Greek Sacred Architecture*, Londres: Yale University Press, 1963.

- VAN EYCK, Aldo [et. al] – *Aldo Van Eyck*, Amesterdão: Stichting Wonen, 1984.

- WHYTE, William H. – *The Social Life of Small Urban Spaces*, Nova Iorque: Project for Public Spaces Inc, 2001.

Teses e Dissertações

- BOTELHO, Simão – *Preservação da Privacidade e Estímulo do Contacto Social*, Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado.

- CADIMA, Paula San Payo – *Transitional Spaces: The Potential of Semi-Outdoor Spaces as a Means for Environmental Control with Special Reference to Portugal*, Londres: School of Architecture, 2000. Tese de Doutoramento.

- MARTINS, João Paulo – *O Espaço e as Práticas – Arquitectura e Ciências Sociais: Habitus, Estruturação e Ritual*, Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2006. Tese de Doutoramento.

- MATELA, Raquel Sofia – *O Papel dos Conventos no Crescimento Urbano – Reflexões sobre Monumentos e Salvaguarda do Património*, Lisboa: Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa, 2009. Dissertação de Mestrado.

Artigos em Publicações Periódicas

- AALTO, Alvar – *A Humanização da Arquitectura*, em *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*. Ano XXI, 2ª Série, N.º 35 (Agosto 1950), p.7-8).

- BACON, Edmund – *O Espaço entre os Edifícios*, em *Binário*. Lisboa. N.º 80 (Maio 1965), p. 686-690.

- VIANA, Lúcia e RHENGANTZ, Paulo – *Arquitetura Contemporânea: Abordando Coletivamente o Lugar, Processo de Projeto e Materialidade*, em *Gestão e Tecnologia de Projectos*. São Carlos: Volume 7, n.º 1, Maio, 2012, p. 20-37.

- LAMAS, José – *Arquitectura e Água*, em, *Cadernos da Faculdade de Arquitectura*

da Universidade Técnica de Lisboa: Arquitectura, Paisagem e Água, Lisboa, N.º 4 (Abril 2005), p.51-52.

- SARAIVA, Graça – *Da Paisagem à Arquitectura – Um Percorso através da Água*, em Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa: Arquitectura, Paisagem e Água, Lisboa, N.º 4 (Abril 2005), p.20-33.

Documentos Consultados Eletronicamente

- SAIEH, Nico - *Multiplicity and Memory: Talking About Architecture with Peter Zumthor*, publicado no sítio ARCHDAILY, Novembro de 2010 [Consultado a 13 de Novembro de 2012] Disponível em WWW: <URL: <http://www.archdaily.com/85656/multiplicity-and-memory-talking-about-architecture-with-peter-zumthor/>>

Sítios da Internet

- AD Classics: Amsterdam Orphanage / Aldo van Eyck – WWW: <URL: <http://www.archdaily.com/151566/ad-classics-amsterdam-orphanage-aldo-van-eyck/>> [Consultado 8 Ago 2013]

- Laboratório José de Figueiredo: o trabalho invisível do património – WWW: <URL: http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=918070&audio_id=2974774> [Consultado 15 Abril 2013]

- Inês Lobo: Núcleo Museológico e Residências da Ordem São João de Deus – WWW: <URL: <http://europaconcorsi.com/projects/191704-N-cleo-Museol-gico-e-Residencias-da-Ordem-S-o-Jo-o-de-Deus>> [Consultado 23 Maio 2013]

- Pousada de Santa Maria do Bouro, Eduardo Souto de Moura, Braga – WWW: <URL: <http://contentor.wordpress.com/2011/09/26/pousada-de-santa-maria-do-bouro-arq-eduardo-souto-moura/>> [Consultado 18 Abril 2013]

- St. Clare – WWW: <URL: <http://www.ofmconv.org/English/st.clare.htm>> [Consultado 30 Março 2013]

Outros Documentos

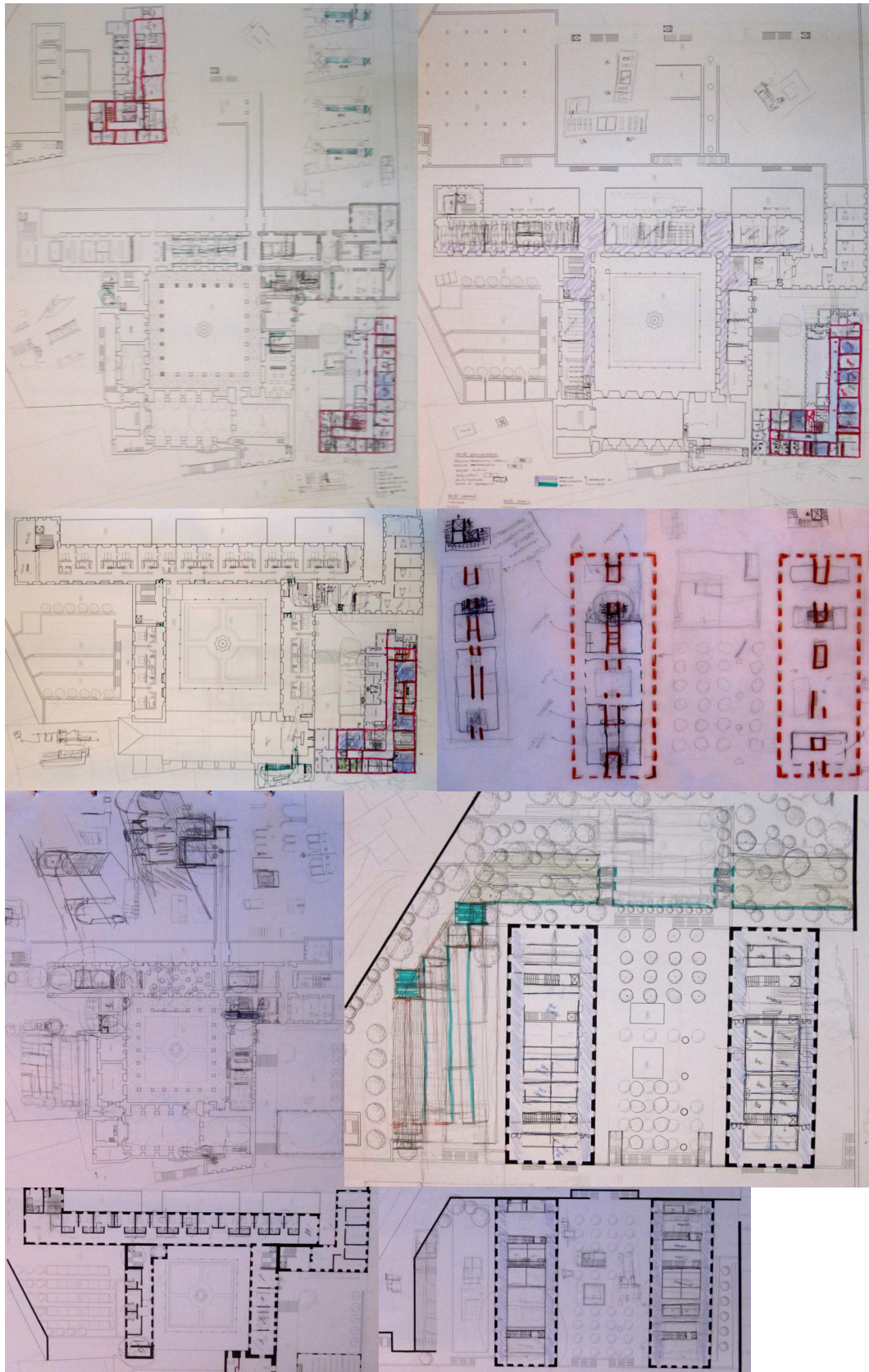
- AGUIAR, José e PACHECO, Pedro – *Construir no Construído, heterotípias, memória*

e cidade – A Colina de Sant’ana. Doc, 02. Polocopiado.

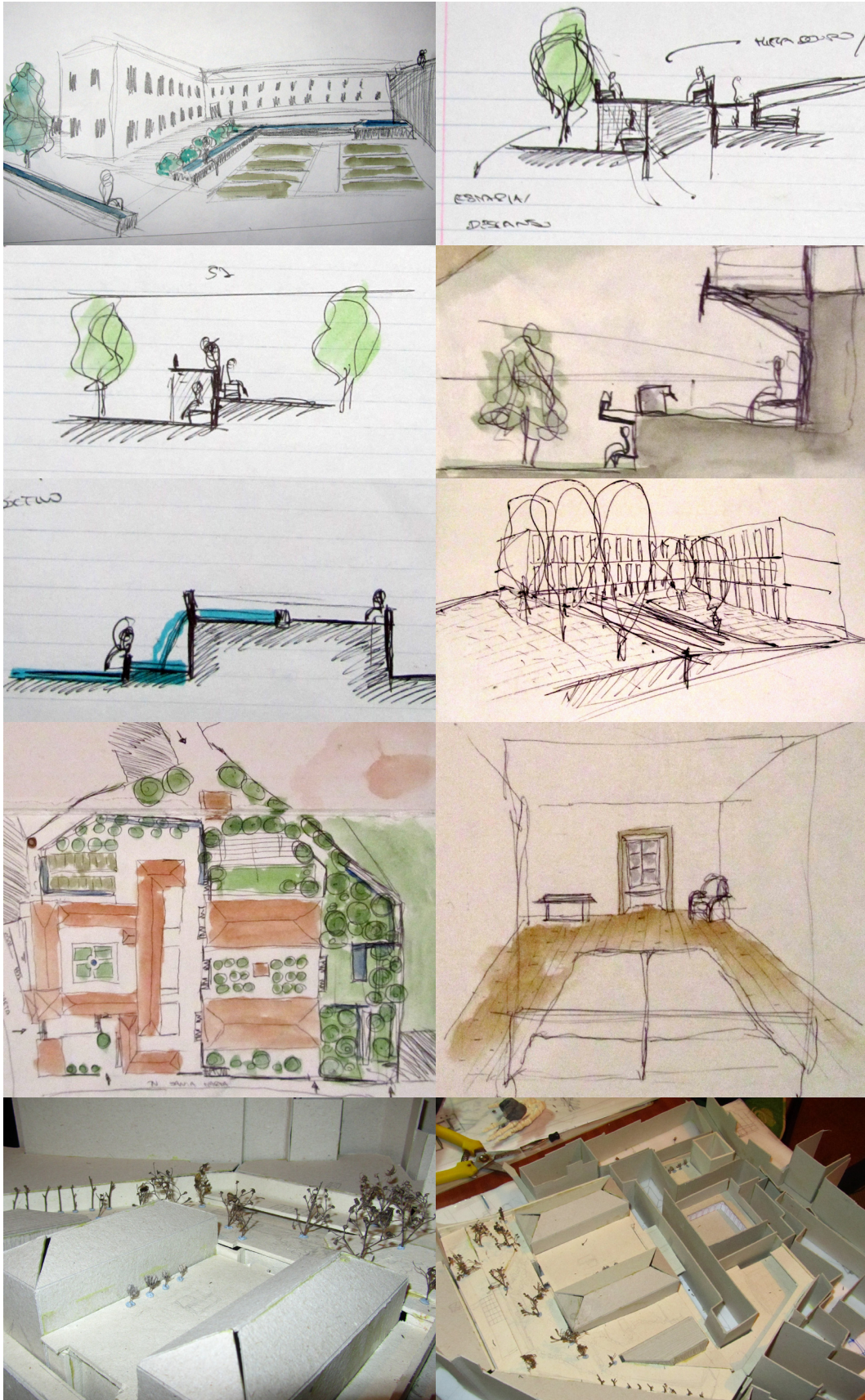
- CALRETAS, Sílvia, KUBALIX, Diana, OLIVEIRA, Cláudia, TEIXEIRA, Ana e TEIXEIRA, Marirosa, - *Hospital de Santa Marta – Análise Histórica*. Trabalho de Conservação, Restauro e Reabilitação, 2012. Disponibilizado pelos professores José Aguiar e Pedro Pacheco.

8. ANEXOS

8.1. Processo de Trabalho









8.2. Peças Finais Referentes ao Projeto Final de Mestrado

MAQUETA

PAINÉIS FINAIS

01 – Painel Síntese

02 - Painel Síntese

03 - Plantas das cotas 31 e 36.50 – 1/200

04 - Planta da cota 42.60 – 1/200

05 – Plantas das cotas 46.00 e 47.20 – 1/200

06 - Plantas das cotas 51.00 e 55.00 – 1/200

07 – Cortes longitudinais e transversal – 1/200

08 - Alçados – 1/200

09 – Pormenores – 1/20

10 – Ambientes

